

Florinda Veiga

De: Maria Luisa Pola <maria.pola@cm-alvito.pt>
Enviado: sexta-feira, 22 de Julho de 2016 16:34
Para: Perguntas / Requerimentos
Assunto: Envio de Requerimento à câmara municipal de alvito
Anexos: Bloco.PDF

Boa Tarde

Conforme solicitado junto dos nossos serviços, junto envio em anexo os mapas pretendidos por V.Ex^a.
Sempre ao vosso dispor,

Com os melhores cumprimentos,

Luísa Pola

UMAF

Serviço de Águas



Câmara Municipal de Alvito
Largo do Relógio, nº 1
7920-022 Alvito
Tel.: 284 480 800 / Fax.: 284 485 157
www.cm-alvito.pt

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Agrícolas, comercio, industria

22-07-2016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

m_016

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Domesticos 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	1	1	4 m3	1,64
Total consumidores: 1			4	1,64
Total documentos: 1				
Total m3 faturado: 4		Total m3 lido: 4	Total m3 efetivo fat.: 4	
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 estimativa: 0		

Tarifário: ND Setor Privado - 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	39	39	0	0,00
1	59	59	448 m3	439,04
Total consumidores: 98			448	439,04
Total documentos: 98				
Total m3 faturado: 448		Total m3 lido: 448	Total m3 efetivo fat.: 448	
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 estimativa: 0		

Tarifário: ND Setor Privado - 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	189	189	0	0,00
1	307	307	2.719 m3	2.990,90
Total consumidores: 102			2.719	2.990,90
Total documentos: 496				
Total m3 faturado: 2719		Total m3 lido: 2605	Total m3 efetivo fat.: 2719	
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 estimativa: 0		

Tarifário: ND Setor Público - 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	3	3	0	0,00

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Agrícolas, comércio, indústria

22-07-2016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

m_016

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: ND Setor Público - 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	3	3	0	0,00
Total consumidores: 1			0	0,00
Total documentos: 3				

Total m3 faturado: 0

Total m3 lido: 0

Total m3 efetivo fat.: 0

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais	Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
	103	3.171	3.431,58	598

Total m3 faturado: 3171

Total m3 lido: 3057

Total m3 efetivo fat.: 3171

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Câmara

22-07-2016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

m_016

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Consumos próprios

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	270	270	0	0,00
Total consumidores: 45			0	0,00
Total documentos: 270				

Total m3 faturado: 3251

Total m3 lido: 3251

Total m3 efetivo fat.: 3251

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais

Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
45	0	0,00	270
Total m3 faturado: 3251		Total m3 lido: 3251	
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 efetivo fat.: 3251	
		Total m3 estimativa: 0	

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Domesticos

22-07-2016

m_016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Domesticos 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	325	325	0	0,00
1	908	379	3.799 m3	1.557,59
2	529	446	2.898 m3	2.173,50
3	83	77	373 m3	820,60
4	6	6	82 m3	270,60
Total consumidores: 1.233			7.152	4.822,29
Total documentos: 1.233				

Total m3 faturado: 7152

Total m3 lido: 7148

Total m3 efetivo fat.: 7152

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Domesticos 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	1.585	1.585	0	0,00
1	4.578	1.848	19.188 m3	8.634,60
2	2.730	2.340	14.651 m3	11.427,78
3	390	347	1.788 m3	4.076,64
4	43	43	511 m3	1.747,62
Total consumidores: 1.242			36.138	25.886,64
Total documentos: 6.163				

Total m3 faturado: 36138

Total m3 lido: 36092

Total m3 efetivo fat.: 36138

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Domésticos: Famílias numerosas 6 elei

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	2	1	22 m3	9,02
2	1	1	4 m3	3,00
Total consumidores: 2			26	12,02
Total documentos: 2				

Total m3 faturado: 26

Total m3 lido: 26

Total m3 efetivo fat.: 26

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Domesticos

22-07-2016

m_016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Domésticos: Famílias numerosas 6 elei

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	10	5	106 m3	47,70
2	5	4	14 m3	10,92
3	1	1	1 m3	2,28
Total consumidores: 2			121	60,90

Total documentos: 10

Total m3 faturado: 121

Total m3 lido: 121

Total m3 efetivo fat.: 121

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Domésticos: Famílias numerosas 7 elei

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	1	0	14 m3	5,74
2	1	0	1 m3	0,75
3	1	0	10 m3	22,00
4	1	1	5 m3	16,50
Total consumidores: 1			30	44,99

Total documentos: 1

Total m3 faturado: 30

Total m3 lido: 30

Total m3 efetivo fat.: 30

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Domésticos: Famílias numerosas 7 elei

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	5	0	70 m3	31,50
2	5	0	5 m3	3,90
3	5	1	48 m3	109,44
4	4	4	38 m3	129,96

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Domesticos

22-07-2016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

m_016

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Domésticos: Famílias numerosas 7 elei

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
4	4	4	38 m3	129,96
Total consumidores: 1			161	274,80
Total documentos: 5				

Total m3 faturado: 161

Total m3 lido: 161

Total m3 efetivo fat.: 161

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais

Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
1.249	43.628	31.101,64	7.414
Total m3 faturado: 43628		Total m3 lido: 43578	
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 efetivo fat.: 43628	
		Total m3 estimativa: 0	

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Estado

22-07-2016

m_016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Fatura de água

Tarifário: ND Setor Público - 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	3	3	0	0,00
1	10	10	78 m3	148,20
Total consumidores: 13			78	148,20
Total documentos: 13				

Total m3 faturado: 78
Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 lido: 76
Total m3 estimativa: 0

Total m3 efetivo fat.: 78

Tarifário: ND Setor Público - 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	6	6	0	0,00
1	59	59	563 m3	1.126,00
Total consumidores: 13			563	1.126,00
Total documentos: 65				

Total m3 faturado: 563
Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 lido: 563
Total m3 estimativa: 0

Total m3 efetivo fat.: 563

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais

Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
13	641	1.274,20	78
Total m3 faturado: 641		Total m3 lido: 639	Total m3 efetivo fat.: 641
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 estimativa: 0	

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

l p s f l

22-07-2016

m_016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Não Domesticos - IPSS, ONG e SFL - 2l

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	7	7	0	0,00
1	15	12	281 m3	168,60
2	3	3	620 m3	930,00
Total consumidores: 22			901	1.098,60
Total documentos: 22				

Total m3 faturado: 901

Total m3 lido: 901

Total m3 efetivo fat.: 901

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Não Domesticos - IPSS, ONG e SFL - 2l

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	43	43	0	0,00
1	67	49	1.400 m3	1.050,00
2	18	18	3.282 m3	3.610,20
Total consumidores: 22			4.682	4.660,20
Total documentos: 110				

Total m3 faturado: 4682

Total m3 lido: 4347

Total m3 efetivo fat.: 4682

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais

Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
22	5.583	5.758,80	132
Total m3 faturado: 5583		Total m3 lido: 5248	Total m3 efetivo fat.: 5583
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 estimativa: 0	

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Outras entidades

22-07-2016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

m_016

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Fatura de água

Tarifário: ND Setor Privado - 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	1	1	0	0,00
1	2	2	31 m3	30,38
Total consumidores: 3			31	30,38

Total documentos: 3

Total m3 faturado: 31

Total m3 lido: 31

Total m3 efetivo fat.: 31

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: ND Setor Privado - 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	5	5	0	0,00
1	10	10	301 m3	331,10
Total consumidores: 3			301	331,10

Total documentos: 15

Total m3 faturado: 301

Total m3 lido: 301

Total m3 efetivo fat.: 301

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais

Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
3	332	361,48	18
Total m3 faturado: 332		Total m3 lido: 332	Total m3 efetivo fat.: 332
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 estimativa: 0	

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Tarifário Social

22-07-2016

m_016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Doméstico: Consumo social - 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	1	1	0	0,00
1	21	10	88 m3	18,48
2	11	11	31 m3	11,78
Total consumidores: 22			119	30,26
Total documentos: 22				

Total m3 faturado: 119

Total m3 lido: 119

Total m3 efetivo fat.: 119

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Doméstico: Consumo social - 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
0	6	6	0	0,00
1	111	50	465 m3	106,95
2	61	60	203 m3	81,20
3	1	1	3 m3	6,84
Total consumidores: 29			671	194,99
Total documentos: 117				

Total m3 faturado: 671

Total m3 lido: 671

Total m3 efetivo fat.: 671

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Domesticos 2015

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	7	4	23 m3	9,43
2	3	3	17 m3	12,75
Total consumidores: 7			40	22,18
Total documentos: 7				

Total m3 faturado: 40

Total m3 lido: 40

Total m3 efetivo fat.: 40

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

Tarifário: Domesticos 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
1	28	19	87 m3	39,15
2	9	8	65 m3	50,70

Município de Alvito

Estatística por escalão de Água - variável

Tarifário Social

22-07-2016

De 02-01-1900 a 31-12-2999

m_016

Ago / 2016, Jul / 2016, Jun / 2016, Mai / 2016, Abr / 2016, Mar / 2016, Fev / 2016, Jan / 2016

FA - Factura de água

Tarifário: Domesticos 2016

Escalão	Consumidores/ Documentos	Consumidores/ Documentos esc. máximo (*)	Consumo/base	Valor
3	1	1	1 m3	2,28
Total consumidores: 7			153	92,13
Total documentos: 28				

Total m3 faturado: 153

Total m3 lido: 153

Total m3 efetivo fat.: 153

Total m3 estim. ant.: 0

Total m3 estimativa: 0

(*) Número de consumidores em que o escalão foi o máximo atingido

Totais Gerais

Consumidores	Consumo/base	Valor	Documentos
29	983	339,56	174
Total m3 faturado: 983		Total m3 lido: 983	
Total m3 estim. ant.: 0		Total m3 efetivo fat.: 983	
Total m3 estimativa: 0			

Art. n.º	Alinea	Descrição	Valor (€)
58		Mera Comunicação Prévia de Abertura de Registos	10,00
59		Comunicações	5,00
60		Licenciamento de Infraestruturas geradoras de energias renováveis	75,00
61		Licenciamento de exploração de pedreiras, saibreiras e outras explorações inertes — Taxa cobrada nos termos da Portaria n.º 1083/2008, de 24 de setembro	75,00
62		Outros Serviços ou Atos não especialmente contemplados nesta tabela ou legislação especial — Por cada	3,97
PARTE II			
Preços			
CAPÍTULO I			
Estrutura Tarifária dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Gestão de Resíduos Urbanos			
SECÇÃO I			
Abastecimento de Água			
Tarifa de Abastecimento de Água			
1		Utilizadores Finais Domésticos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Até 25 mm	1,6046
	b)	Superior a 25 e até 30 mm	3,7683
	c)	Acima de 30 mm	4,8346
	2	Tarifa Variável Progressiva — por m ³	
	a)	1.º Escalão (0 a 5 m ³)	0,4452
	b)	2.º Escalão (Superior a 5 a até 15 m ³)	0,7764
	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	2,2776
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	3,4163
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Os utilizadores domésticos devem poder requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento, devendo ser aplicadas aos consumos desses contador as tarifas variáveis de abastecimento previstas para os utilizadores não-domésticos, e não devendo servir o correspondente consumo para o cômputo das tarifas de saneamento e resíduos, quando exista tal indexação.	
2		Utilizadores Finais não Domésticos — Setor Privado (Inclui Consumos Provisórios)	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	1.º Nível (Até 20 mm)	2,4846
	b)	2.º Nível (Superior a 20 e até 30 mm)	3,9547
	c)	3.º Nível (Superior a 30 e até 50 mm)	5,0831
	d)	4.º Nível (Superior a 50 e até 100 mm)	6,7809
	e)	5.º Nível (Superior a 100)	9,0377
	2	Tarifa Variável — Por m ³	
	a)	Escalão Único	1,1000
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Observações:	
A		Os utilizadores não-domésticos devem poder requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento, não devendo servir o correspondente consumo para o cômputo das tarifas de saneamento e resíduos, quando exista tal indexação;	
B		Nas situações descritas no número anterior, a tarifa fixa a aplicar ao utilizador não doméstico em causa deve ser determinada em função do diâmetro virtual (Raiz Quadrada do somatório do quadrado dos diâmetros nominais dos contadores instalados) correspondente à soma das secções dos contadores instalados para prestação do serviço ao mesmo;	
C		No caso de abastecimento a sistemas prediais comunitários que sirvam múltiplos utilizadores domésticos, de que são exemplo sistemas centralizados para aquecimento de águas sanitárias em edifícios, recomenda-se a aplicação ao respetivo consumo de tarifa variável de valor idêntico ao 2.º escalão da tarifa variável do serviço prevista para os utilizadores domésticos, bem como a tarifa variável de saneamento determinada pela aplicação de um coeficiente de custo, específico a cada entidade gestora, à tarifa variável média do serviço de abastecimento devida pelo utilizador final doméstico (o valor da tarifa variável média do serviço de abastecimento é o que resulta do rácio, apurado em cada fatura, entre o somatório dos valores da componente variável do serviço faturados em cada escalão e o somatório dos volumes faturados em cada escalão, corrigidos de eventuais acertos).	
3		Utilizadores Finais não Domésticos — Setor Público	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	1.º Nível (Até 20 mm)	2,6513
	b)	2.º Nível (Superior a 20 e até 30 mm)	4,2208
	c)	3.º Nível (Superior a 30 e até 50 mm)	5,4192

Art. n.º	Alínea	Descrição	Valor (€)
4	d)	4.º Nível (Superior a 50 e até 100 mm)	7,2326
	e)	5.º Nível (Superior a 100)	9,6399
	2	Tarifa Variável — Por m ³	
	a)	Escalão Único	2,0000
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Consumo Social	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Até 25 mm	0,8023
	b)	Superior a 25 e até 30 mm	1,8842
	c)	Acima de 30 mm	2,4173
	2	Tarifa Variável Progressiva — por m ³	
	a)	1.º Escalão (0 a 5 m ³)	0,2334
5	b)	2.º Escalão (Superior a 5 a até 15 m ³)	0,3977
	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	2,2776
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	3,4163
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 5 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Até 25 mm	1,6046
	b)	Superior a 25 e até 30 mm	3,7683
	c)	Acima de 30 mm	4,8346
	2	Tarifa Variável Progressiva	
	a)	1.º Escalão (De 0 a 8 m ³)	0,4452
	b)	2.º Escalão (Acima de 8 e até 15 m ³)	0,7764
6	c)	3.º Escalão (Acima de 15 e até 25 m ³)	2,2776
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	3,4163
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 6 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Até 25 mm	1,6046
	b)	Superior a 25 e até 30 mm	3,7683
	c)	Acima de 30 mm	4,8346
	2	Tarifa Variável Progressiva	
	a)	1.º Escalão (De 0 a 11 m ³)	0,4452
	b)	2.º Escalão (Acima de 12 e até 15 m ³)	0,7764
	c)	3.º Escalão (Acima de 15 e até 25 m ³)	2,2776
7	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	3,4163
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 7 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Até 25 mm	1,6046
	b)	Superior a 25 e até 30 mm	3,7683
	c)	Acima de 30 mm	4,8346
	2	Tarifa Variável Progressiva	
	a)	1.º Escalão (De 0 a 14 m ³)	0,4452
	b)	2.º Escalão (15 m ³)	0,7764
	c)	3.º Escalão (Acima de 15 e até 25 m ³)	2,2776
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	3,4163
8		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 8 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Até 25 mm	1,6046
	b)	Superior a 25 e até 30 mm	3,7683
	c)	Acima de 30 mm	4,8346
	2	Tarifa Variável Progressiva	
	a)	1.º Escalão (De 0 a 17 m ³)	0,4452
	b)	2.º Escalão (De 18 a 25 m ³)	0,7764
	c)	3.º Escalão (Acima de 25 e até 35 m ³)	2,2776
	d)	4.º Escalão (Acima de 35 m ³)	3,4163
9		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais não Domésticos — IPSS's, ONG's e Entidades sem Fins Lucrativos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	1,5888
	2	Tarifa Variável Progressiva	
	a)	Tarifa Variável Progressiva — Até 50 m ³	0,7500
	b)	Tarifa Variável Progressiva — Acima de 50 m ³	1,1000

Art. n.º	Alinea	Descrição	Valor (€)
		A estes valores acresce o montante de 0,0313€/m³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Abastecimento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores e com IVA à taxa em vigor.	
10		Serviços Auxiliares de Abastecimento de Água	
		Reparação ou Substituição de contador, torneira de Segurança ou de Válvula de Corte por motivo imputável ao utilizador	10,3525
11		Análise de projetos de instalações prediais e domiciliárias de abastecimento	33,1280
12		Realização de Vistorias aos Sistemas Prediais a pedido dos utilizadores	25,8813
13		Ligação Temporária ao sistema público de abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária, tais como feiras, festivais e exposições	10,3525
14		Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização	8,2820
15		Reinstalação em exterior da Habitação de contador por iniciativa do utilizador Final	62,1150
16		Ligação da Rede Interior à Rede Pública — Cada	12,4230
	a)	Acresce o valor correspondente ao material utilizado	
17	1	Ligação ou Interrupção do Fornecimento de Água, incluindo a colocação ou retirada do contador	17,5993
	2	Aferição ou Reaferição de Contadores — Por cada	
	a)	Até #15 mm ou 1/2" ou até 3 m³/hora	4,1410
	b)	De #16 a #20 mm ou 3/4" ou 4 a 5 m³/hora	5,1763
	c)	De #21 a #25 mm ou 1" de 6 a 7 m³/hora	7,0247
	d)	De #26 a #50 mm ou 1 1/4" ou de 8 a 12 m³/hora	10,3525
	e)	Acima de #50 mm ou mais de 2 1/2" ou mais de 12 m³/hora	15,5288
	f)	Acresce o montante cobrado à Autarquia pela Entidade Externa necessária à realização da Vistoria	
	3	Substituição de Castelos	10,3525
	a)	Acresce o valor correspondente ao material utilizado	
18	1	Compensação pela Execução de Ramais	
		Compensação pela Execução de Ramais Domiciliários com exceção das ressalvas do ponto 1 e 2 do artigo 18.º (até 3,5 metros de extensão)	
	a)	Até #15 mm ou 1/2"	124,2300
	b)	De #16 a #20 mm ou 3/4"	153,2170
	c)	De #21 a #25 mm ou 1"	190,4860
	d)	De #26 a #50 mm ou 1 1/4"	223,6140
	e)	Tratando-se de Ramais superiores a #50 mm	289,8700
	2	Acresce por cada metro Adicional com exceção das ressalvas do ponto 1 e 2 do artigo 18.º	
	a)	Até #15 mm ou 1/2"	24,8460
	b)	De #16 a #20 mm ou 3/4"	30,6434
	c)	De #21 a #25 mm ou 1"	38,0972
	d)	De #26 a #50 mm ou 1 1/4"	44,7228
	e)	Tratando-se de Ramais superiores a #50 mm	57,9740
	3	Compensação pela Execução de Ramais Domiciliários (até 3,5 metros de extensão)	
	a)	Até #15 mm ou 1/2"	155,2875
	b)	De #16 a #20 mm ou 3/4"	191,5213
	c)	De #21 a #25 mm ou 1"	238,1075
	d)	De #26 a #50 mm ou 1 1/4"	279,5175
	e)	Tratando-se de Ramais superiores a #50 mm	362,3375
	4	Acresce por cada metro Adicional	
	a)	Até #15 mm ou 1/2"	31,0575
	b)	De #16 a #20 mm ou 3/4"	38,3043
	c)	De #21 a #25 mm ou 1"	47,6215
	d)	De #26 a #50 mm ou 1 1/4"	55,9035
	e)	Tratando-se de Ramais superiores a #50 mm	72,4675
		Notas	
1		Em conformidade com as Recomendações Tarifárias da Entidade Reguladora, deverão ser imputados ao utilizador final quando aqueles possuam extensão superior a 20 metros, caso em que a respetiva execução, sempre que técnica e economicamente viável, deve ser realizada pela entidade gestora, a pedido do utilizador e mediante o pagamento das tarifas correspondentes à extensão superior àquela distância, rateadas em partes iguais sempre que os ramais beneficiem mais do que um utilizador.	
2		É ainda admissível a cobrança de tarifas pela execução de ramais quando a mesma não seja da responsabilidade da entidade gestora, nomeadamente em virtude de condições impostas no licenciamento urbanístico.	
19		Inspeções ou Ensaios de canalizações — Por cada	
	1	Habitação e Por Fogo	6,2115
	2	Estabelecimento Comercial	18,6345
	3	Unidade Industrial	51,7625
	a)	Acresce o montante cobrado à Autarquia pela Entidade Externa necessária à realização da Vistoria	
20		Outros Serviços — Por Hora	20,7050
	a)	Acresce o valor correspondente ao material utilizado	
		Aos Serviços auxiliares acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.	
		SECÇÃO II	
		Saneamento de Águas Residuais	
		Tarifa de Saneamento de Águas Residuais	
21		Utilizadores Finais Domésticos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Escalão Único	1,1554

Art. n.º	Alínea	Descrição	Valor (€)
22	2	Tarifa Variável Progressiva — por m ³ de Água Fornecido	
	a)	1.º Escalão (0 a 5 m ³)	0,1500
	b)	2.º Escalão (Superior a 5 a até 15 m ³)	0,2500
	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	0,7500
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	1,1500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Não Domésticos — Setor Privado	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	1.º Nível (Até 20 mm)	1,1292
	b)	2.º Nível (Superior a 20 e até 30 mm)	1,5470
23	c)	3.º Nível (Superior a 30 e até 50 mm)	1,9422
	d)	4.º Nível (Superior a 50 e até 100 mm)	2,3261
	e)	5.º Nível (Superior a 100 e até 300 mm)	2,6198
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m ³ de Água Fornecido	
	a)	Escalão Único	0,2500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Não Domésticos — Setor Público	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	1.º Nível (Até 20 mm)	1,1292
	b)	2.º Nível (Superior a 20 e até 30 mm)	1,5470
24	c)	3.º Nível (Superior a 30 e até 50 mm)	1,9422
	d)	4.º Nível (Superior a 50 e até 100 mm)	2,3261
	e)	5.º Nível (Superior a 100 e até 300 mm)	2,6198
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m ³ de Água Fornecido	
	a)	Escalão Único	0,4141
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Consumo Social	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Tarifa Fixa — Escalão Único	0,5777
	2	Tarifa Variável Progressiva — por m ³ de Água Fornecido	
25	a)	1.º Escalão (0 a 5 m ³)	0,0750
	b)	2.º Escalão (Superior a 5 a até 15 m ³)	0,1250
	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	0,7500
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	1,1500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 5 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Tarifa Fixa — Escalão Único	1,1554
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m ³ de Água Fornecido	
	a)	1.º Escalão (0 a 8 m ³)	0,1500
26	b)	2.º Escalão (Superior a 8 a até 15 m ³)	0,2500
	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	0,7500
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	1,1500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 6 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Tarifa Fixa — Escalão Único	1,1554
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m ³ de Água Fornecido	
	a)	1.º Escalão (0 a 11 m ³)	0,1500
	b)	2.º Escalão (Superior a 11 a até 15 m ³)	0,2500
27	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	0,7500
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	1,1500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 7 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Tarifa Fixa — Escalão Único	1,1554
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m ³ de Água Fornecido	
	a)	1.º Escalão (0 a 14 m ³)	0,1500
	b)	2.º Escalão (15 m ³)	0,2500
	c)	3.º Escalão (Superior a 15 e até 25 m ³)	0,7500
	d)	4.º Escalão (Acima de 25 m ³)	1,1500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m ³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	

Art. n.º	Alínea	Descrição	Valor (€)
28		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas — 8 elementos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Tarifa Fixa — Escalão Único	1,1554
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	
	a)	1.º Escalão (0 a 17 m³)	0,1500
	b)	2.º Escalão (Superior a 17 e até 25 m³)	0,2500
	c)	3.º Escalão (Superior a 25 e até 35 m³)	0,7500
	d)	4.º Escalão (Acima de 35 m³)	1,1500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
29		Utilizadores Finais não Domésticos — IPSS's, ONG's e Entidades sem Fins Lucrativos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	
	a)	Tarifa Fixa — Escalão Único	1,2132
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	
	a)	Tarifa Variável Progressiva — Até 50 m³	0,1510
	b)	Tarifa Variável Progressiva — Acima de 50 m³	0,2500
		A estes valores acresce o montante de 0,0422€/m³ para efeitos da aplicação da Taxa dos Recursos Hídricos de Saneamento, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho e alterações posteriores, com IVA aplicável à taxa em vigor.	
		Serviços Auxiliares de Saneamento de Águas Residuais	
30		Execução e conservação de caixas de ligação e sua recuperação por motivo imputável ao utilizador	46,58630
31		Análise de projetos de sistemas prediais e domiciliários de saneamento	33,12800
32		Realização de Vistorias ou ensaios de sistemas prediais e domiciliários de saneamento	25,88130
33		Desobstrução de sistemas prediais e domiciliários de saneamento — por hora	20,70500
34		Transporte e Destino Final de águas residuais, recolhidas através de meios móveis — por 4 m³	20,70500
35		Informação sobre o sistema público de saneamento em plantas de localização igual	8,28200
36		Compensação pela Execução de Ramais Domiciliários	
	1	Compensação pela Execução de Ramais Domiciliários com exceção das ressalvas do ponto 1 e 2 do presente artigo (Até 3,5 Metros de Extensão)	
	a)	#100 a #125 mm.	120,0890
	b)	#126 a #150 mm.	120,0890
	c)	#151 a #200 mm.	120,0890
	d)	Para Edifício Multifamiliares — cada Ramal	120,0890
	2	Acresce por cada metro adicional com exceção das ressalvas do ponto 1 e 2 do presente artigo	
	a)	#100 a #125 mm.	37,2690
	b)	#126 a #150 mm.	37,2690
	c)	#151 a #200 mm.	37,2690
	d)	Para Edifício Multifamiliares — cada Ramal	37,2690
	3	Compensação pela Execução de Ramais Domiciliários (Até 3,5 Metros de Extensão)	
	a)	#100 a #125 mm.	150,1113
	b)	#126 a #150 mm.	150,1113
	c)	#151 a #200 mm.	150,1113
	d)	Para Edifício Multifamiliares — cada Ramal	150,1113
	4	Acresce por cada metro adicional	
	a)	#100 a #125 mm.	46,5863
	b)	#126 a #150 mm.	46,5863
	c)	#151 a #200 mm.	46,5863
	d)	Para Edifício Multifamiliares — cada Ramal	46,5863
1		Em conformidade com as Recomendações Tarifárias da Entidade Reguladora, deverão ser imputados ao utilizador final quando aqueles possuam extensão superior a 20 metros, caso em que a respetiva execução, sempre que técnica e economicamente viável, deve ser realizada pela entidade gestora, a pedido do utilizador e mediante o pagamento das tarifas correspondentes à extensão superior àquela distância, rateadas em partes iguais sempre que os ramais beneficiem mais do que um utilizador;	
2		É ainda admissível a cobrança de tarifas pela execução de ramais quando a mesma não seja da responsabilidade da entidade gestora, nomeadamente em virtude de condições impostas no licenciamento urbanístico.	
37		Outros Serviços — Por Hora	20,7050
	a)	Acresce o valor correspondente ao material utilizado	
		Aos Serviços auxiliares acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.	
		SECÇÃO III	
		Resíduos Sólidos	
		Tarifa de Resíduos Sólidos	
38		Utilizadores Finais Domésticos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	1,5990
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	0,2000
		A estes valores acresce o montante de 0,0484€/m³ para efeitos da Taxa de Gestão de Resíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e alterações posteriores e acrescido de IVA à taxa em vigor.	
39		Utilizadores Finais Não Domésticos — Setor Privado	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	1,5990
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	0,2000
		A estes valores acresce o montante de 0,0484€/m³ para efeitos da Taxa de Gestão de Resíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e alterações posteriores e acrescido de IVA à taxa em vigor.	

Art. n.º	Alínea	Descrição	Valor (€)
40		Utilizadores Finais Não Domésticos — Setor Público	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	1,6068
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	0,2525
		A estes valores acresce o montante de 0,0484€/m³ para efeitos da Taxa de Gestão de Resíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e alterações posteriores e acrescido de IVA à taxa em vigor.	
41		Utilizadores Finais Domésticos — Consumo Social	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	0,7995
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	
	a)	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido — Até 15 m³	0,1000
	b)	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido — Acima de 15 m³	0,2000
		A estes valores acresce o montante de 0,0484€/m³ para efeitos da Taxa de Gestão de Resíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e alterações posteriores e acrescido de IVA à taxa em vigor.	
42		Utilizadores Finais Domésticos — Famílias Numerosas	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	1,5990
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	0,2000
		A estes valores acresce o montante de 0,0484€/m³ para efeitos da Taxa de Gestão de Resíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e alterações posteriores e acrescido de IVA à taxa em vigor.	
43		Utilizadores Finais não Domésticos — IPSS's, ONG's e Entidades sem Fins Lucrativos	
	1	Tarifa Fixa (€/30 Dias)	1,6068
	2	Tarifa Variável Progressiva — Por m³ de Água Fornecido	0,2071
		A estes valores acresce o montante de 0,0484€/m³ para efeitos da Taxa de Gestão de Resíduos, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e alterações posteriores e acrescido de IVA à taxa em vigor.	
Serviços Auxiliares de Gestão de Resíduos Urbanos			
44		Recolha de Resíduos Domésticos — Dentro do circuito	11,3878
	a)	Acresce por Quilómetro de serviço fora do circuito de Recolha da Autarquia (0,6€/km)	
45		Limpeza de Fossas — Até 4 m³	20,7050
	a)	Acresce por Quilómetro de serviço (0,6€/km)	
46		Outros Serviços — Por Hora	20,7050
	a)	Acresce por Quilómetro de serviço fora do circuito de Recolha da Autarquia (0,6€/km)	
	b)	Acresce por Quilómetro de serviço (O valor fixado para a função pública)	
		Aos Serviços auxiliares acima indicados, acresce o IVA à taxa em vigor.	
CAPÍTULO II			
Obras Particulares e Loteamentos — Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro			
47		Fornecimento de "Livro" de Obra e 2.º Aviso	3,03
	a)	Acresce o valor do Livro de Obra.	
48		Marcação de Alinhamentos e Nivelamentos em Terrenos Confinantes com a Via Pública — Por cada 20 ml ou Fração	30,55
49		Reposição de Pavimentos	
	1	Reposição dos pavimentos da via pública levantados ou danificados por motivo de quaisquer obras ou trabalhos promovidos por particulares ou empresas — Por hora de Prestação de Serviço	
	a)	Pavimento em macadame, incluindo abertura de caixa e compactação	20,20
	b)	Revestimento betuminoso simples em 2 camadas	20,20
	c)	Semi-Penetração betuminoso ou tapete betuminoso, incluindo a camada final de desgaste	20,20
	d)	Calçada à Portuguesa e pavimentos de betão	20,20
	e)	Calçada Miúda em Passeios (vidraço ou equivalente)	20,20
	f)	Calçada de cubos de granito, basalto, vidraço ou equivalente	20,20
	g)	Outras calçadas ou revestimentos	20,20
	h)	Limpezas de argamassas ou outros materiais	20,20
	i)	Acresce o Valor do tipo de material utilizado.	
	2	Por metro linear ou fração	
	a)	Lancil de passeio em cantaria bujadada	20,20
	b)	Lancil de passeio em betão vidrado	20,20
	c)	Acresce o Valor do tipo de material utilizado.	
50		Outros Serviços não especialmente contemplados na Presente Tabela	12,12
CAPÍTULO III			
Utilização do Património Semipúblico — Lei n.º 169/99 de 18 de setembro			
51		Piscinas Municipais — Entradas	
	1	Cartão Jovem e Maiores de 65 Anos	0,80
	2	11/17 Anos	1,00
	3	≥ 18 Anos	1,50
	4	Mensal 11/17	20,00
	5	Mensal ≥ 18 Anos	25,00
52		Cedência do Complexo de Piscinas Municipais a outras entidades — Por Hora	60,00
53		Campo de futebol (Relvado sintético) — Utilização — Cedência por Hora	25,00
54		Gimnodesportivo — Utilização por hora (€/hora)	
		Cativação Regular	
	1	Estabelecimentos de ensino, fora do horário curricular, que desenvolvam atividades no âmbito do Desporto Escolar. De 2.ª Feira a Domingo, em horário normal de funcionamento	
	a1)	Salão de Desporto Polivalente	5,00
	a2)	Sala de Desporto e/ou de Apoio	2,50

a que acresce IVA à taxa legal em vigor, que envolve despesa em anos económicos diferentes, de acordo com a seguinte repartição:

Ano de 2012 — € 38.650,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
 Ano de 2013 — € 60.600,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
 Ano de 2014 — € 60.600,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;
 Ano de 2015 — € 15.150,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

2 — O montante fixado para cada ano económico poderá ser acrescido do saldo apurado no ano anterior.

3 — Os encargos financeiros emergentes do presente despacho são satisfeitos pelas adequadas verbas inscritas para o orçamento de 2012 e a inscrever para os anos de 2013 a 2015 no orçamento da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.

2013/02/19. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Lopes Loureiro*. — O Vice-Presidente do Conselho de Administração, *José Luís Ribeiro dos Santos*.

206769636

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIXO ALENTEJO, E. P. E.

Deliberação n.º 610/2013

Por deliberação do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E. P. E., de 25 de janeiro de 2013:

Maria Conceição Martins Vilão, chefe de serviço de cirurgia geral — autorizada a redução de uma hora no seu horário semanal (de 41 para 40 horas semanais), ao abrigo do n.º 10 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de março, em vigor nos termos do n.º 3 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto e alínea b) do n.º 2 da circular informativa n.º 6/2010, de 6 de junho, da ACSS, com efeitos a partir de 9 de maio de 2013. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de fevereiro de 2013. — A Presidente do Conselho de Administração, *Margarida Rebelo da Silveira*.

206768559



PARTE H

MUNICÍPIO DE ALMADA

Aviso (extrato) n.º 2742/2013

Nos termos do n.º 2 do artigo 49.º, do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, notifico o arguido José António Coelho Piedade Ferreira, ausente em parte incerta, com último domicílio conhecido na Rua Quinta das Casadas de Cima n.º 4, 7.º Andar, 2825-020 Caparica, de que contra ele está a correr trâmites o processo disciplinar n.º 5/2012-MS, e que no mesmo foi produzida acusação datada de 28.01.2013, para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso, podendo, durante o referido período, consultar o processo no Gabinete de Assuntos Jurídicos do Departamento de Assuntos Jurídicos e Notariado, sito na Rua Trigueiros Martel, n.º 1, em Almada, às horas normais de expediente.

13 de fevereiro de 2013. — A Presidente da Câmara, *Maria Emília de Sousa*.

306769271

MUNICÍPIO DE ALVITO

Edital n.º 207/2013

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que aprova o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, exige que as regras da prestação do serviço aos utilizadores constem de um regulamento de serviço, cuja aprovação compete à respetiva entidade titular.

O regulamento de serviço, por ser um instrumento jurídico com eficácia externa, constitui a sede própria para regulamentar os direitos e obrigações da Entidade Gestora e dos utilizadores no seu relacionamento, sendo mesmo o principal instrumento que regula, em concreto, tal relacionamento. Os contratos de fornecimento e de recolha celebrados com os utilizadores correspondem a contratos de adesão, cujas cláusulas contratuais gerais decorrem, no essencial, do definido no regulamento de serviço.

Estando em causa serviços públicos essenciais, é especialmente importante garantir que a apresentação de tais regras seja feita de forma clara, adequada, detalhada e de modo a permitir o efetivo conhecimento, por parte dos utilizadores, do conteúdo e da forma de exercício dos respetivos direitos e deveres.

Em cumprimento de uma exigência do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro, veio estipular o conteúdo mínimo dos regulamentos de serviço, identificando um conjunto de matérias que neles devem ser reguladas.

Tendo por base a experiência adquirida na revisão de um conjunto de regulamentos de serviço submetidos a parecer da ERSAR, assim como no exercício das demais atividades regulatórias de acompanhamento da atividade das entidades gestoras e do respetivo relacionamento com os utilizadores, esta entidade reguladora entendeu útil a disponibilização, às entidades gestoras e às entidades titulares dos serviços, de modelos de regulamentos de serviço, os quais podem ser adotados e adaptados às especificidades dos serviços de cada entidade gestora, com respeito pelas normas legais imperativas.

Assim, o Município de Alvitto, adotou o modelo de regulamento apresentado pela ERSAR, adaptando-o à realidade local.

Foi promovida a apreciação pública do projeto de Regulamento nos termos previstos no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido recolhidas e incorporadas no regulamento as sugestões da ERSAR.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, com respeito pelas exigências constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e, ainda, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, do Decreto-Lei n.º 226-A/2006, de 31 de maio.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento estabelece as regras a que deve obedecer o serviço de fornecimento e a distribuição de água para consumo público no Município de Alvitto.

Artigo 3.º

Âmbito

O presente Regulamento aplica-se em toda a área do Município de Alvitto, às atividades de conceção, projeto, construção e exploração dos sistemas públicos e prediais de abastecimento de água.

Artigo 4.º

Legislação aplicável

1 — Em tudo quanto omissos neste Regulamento, são aplicáveis as disposições legais em vigor respeitantes aos sistemas públicos e prediais

de distribuição de água, designadamente, as constantes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

2 — A conceção e o dimensionamento das redes de distribuição pública de água e das redes de distribuição interior, bem como a apresentação dos projetos e execução das respetivas obras, devem cumprir integralmente o estipulado nas disposições legais em vigor, designadamente as do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto.

3 — Os projetos, a instalação, a localização, o diâmetro nominal e outros aspetos relativos à instalação dos dispositivos destinados à utilização de água para combate aos incêndios em edifícios de habitação e estabelecimentos hoteleiros e similares estão sujeitos às disposições legais em vigor, designadamente, no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro.

4 — O fornecimento de água assegurado no Município de Alvito obedece às regras de prestação de serviços públicos essenciais destinadas à proteção dos utilizadores que estejam consignadas na legislação em vigor, designadamente, as constantes da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, do Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de julho, e do Despacho n.º 4186/2000 (2.ª série), de 22 de fevereiro, com todas as alterações que lhes sejam introduzidas.

5 — A qualidade da água destinada ao consumo humano fornecida pelas redes de distribuição pública de água aos utilizadores obedece às disposições legais em vigor, designadamente as do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

6 — Em matéria de procedimento contraordenacional, são aplicáveis, para além das normas especiais, estatuidas no Capítulo V do presente Regulamento e no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, as constantes do Regime Geral das Contraordenações e Coimas (Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação em vigor).

Artigo 5.º

Entidade Titular e Entidade Gestora do Sistema

1 — O Município de Alvito é a entidade titular que, nos termos da lei, tem por atribuição assegurar a provisão do serviço de água no respetivo território, sendo também a entidade gestora do serviço de abastecimento no Município, sendo responsável pela conceção, construção e exploração do sistema público de água para consumo humano.

2 — A Águas Públicas do Alentejo, S. A., é a entidade responsável pela captação, tratamento, adução de água, fornecendo-a ao Município de Alvito.

Artigo 6.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente Regulamento, entende-se por:

- a) «Acessórios»: peças ou elementos que efetuam as transições nas tubagens, como curvas, reduções, uniões, etc.;
- b) «Água destinada ao consumo humano»:

I. Toda a água no seu estado original, ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos, à higiene pessoal ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e de ser fornecida a partir de uma rede de distribuição, de um camião ou navio-cisterna, em garrafas ou outros recipientes, com ou sem fins comerciais;

II. Toda a água utilizada numa empresa da indústria alimentar para fabrico, transformação, conservação ou comercialização de produtos ou substâncias destinados ao consumo humano, assim como a utilizada na limpeza de superfícies, objetos e materiais que podem estar em contacto com os alimentos, exceto quando a utilização dessa água não afeta a salubridade do género alimentício na sua forma acabada;

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto:

c) «Avarias»: evento detetado em qualquer instalação que necessite de medidas de reparação/renovação, incluindo as avarias causadas por:

I. seleção inadequada ou defeitos no fabrico dos materiais, deficiências na construção ou relacionados com a operação;

II. Corrosão ou outros fenómenos de degradação dos materiais, externa ou internamente, principalmente (mas não exclusivamente) em materiais metálicos e comestíveis;

III. Danos mecânicos externos, por exemplo devidos à escavação, incluindo danos provocados por terceiros;

IV. Movimentos do solo relacionados com efeitos provocados pelo gelo, por períodos de seca, por tráfego pesado, por sismos, por inundações ou outros.

d) «Boca-de-incêndio»: equipamento de combate a incêndio que pode ser instalado na parede ou no passeio;

e) «Canalização»: conjunto constituído pelas tubagens e acessórios, não incluindo órgãos e equipamentos;

f) «Caudal»: volume de água que atravessa uma dada seção num determinado intervalo de tempo;

g) «Consumidor»: utilizador do serviço a quem a água é fornecida para uso não profissional;

h) «Contador»: instrumento concebido para medir, totalizar e indicar o volume, nas condições da medição, da água que passa através do transdutor de medição;

i) «Contador diferencial»;

j) «Contador totalizador»;

k) «Classe metrológica»: define os intervalos de caudal onde determinado contador deve funcionar em condições normais de utilização, isto é, em regime permanente e em regime intermitente, sem exceder os erros máximos admissíveis;

l) «Contrato»: documento celebrado entre a Entidade Gestora e qualquer pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, pelo qual é estabelecida entre as partes uma relação de prestação, permanente ou eventual, do Serviço nos termos e condições do presente Regulamento;

m) «Diâmetro Nominal»: designação numérica do diâmetro de um componente que corresponde ao número inteiro que se aproxima da dimensão real em milímetros;

n) «Estrutura tarifária»: conjunto de regras de cálculo expressas em termos genéricos, aplicáveis a um conjunto de valores unitários e outros parâmetros;

o) «Fornecimento de água»: o serviço prestado pela Entidade Gestora aos utilizadores;

p) «Hidrantes»: conjunto das bocas-de-incêndio e dos marcos de água;

q) A diretiva 2004/22/CE, transposta para o ordenamento jurídico Português através do Decreto-Lei n.º 192/2006, de 26 de setembro, e no que se refere a contadores de água a Portaria n.º 21/2007, de 5 de janeiro, prescreve a extinção do conceito “classes metrológicas”, substituindo-as pela relação entre o caudal permanente e o caudal mínimo (Q3/Q1);

r) «Inspeção»: atividade conduzida por funcionários da Entidade Gestora ou por esta acreditada, que visa verificar se estão a ser cumpridas todas as obrigações decorrentes do presente Regulamento, sendo, em regra, elaborado um relatório escrito da mesma, ficando os resultados registados de forma a permitir à Entidade Gestora avaliar a operacionalidade das infraestruturas e tomar medidas corretivas apropriadas;

s) «Local de Consumo»: espaço associado a um contador de água e como tal abastecido pelo mesmo;

t) «Marco de água»: equipamento de combate a incêndio instalado de forma saliente relativamente ao nível do pavimento;

u) «Pressão de Serviço»: pressão disponível nas redes de água, em condições normais de funcionamento;

v) «Ramal de Ligação de Água»: troço de canalização destinado ao serviço de abastecimento de um prédio, compreendido entre os limites do terreno do mesmo e a rede pública em que estiver inserido, ou entre a rede pública e qualquer dispositivo de corte geral do prédio instalado na via pública;

w) «Reabilitação»: trabalhos associados a qualquer intervenção física que prolongue a vida de um sistema existente e ou melhore o seu desempenho estrutural, hidráulico e ou de qualidade da água, envolvendo uma alteração da sua condição ou especificação técnica. A reabilitação estrutural inclui a substituição e a renovação. A reabilitação hidráulica inclui a substituição, o reforço e, eventualmente, a renovação;

A reabilitação para efeitos da melhoria da qualidade da água inclui a substituição e a renovação;

x) «Renovação»: qualquer intervenção física que prolongue a vida do sistema ou que melhore o seu desempenho, no seu todo ou em parte, mantendo a capacidade e a função inicial e pode incluir a reparação;

y) «Reparação»: intervenção destinada a corrigir anomalias localizadas;

z) «Reservatórios Prediais»: unidades de reserva que fazem parte integrante da rede predial e têm como finalidade o armazenamento de água à pressão atmosférica, constituindo uma reserva destinada à alimentação da rede predial a que estão associados e cuja exploração é da exclusiva responsabilidade da entidade privada;

aa) «Reservatórios Públicos»: unidades de reserva que fazem parte da rede pública de distribuição e têm como finalidade armazenar água, servir de volante de regularização compensando as flutuações de consumo face à adução, constituir reserva de emergência para combate a incêndios ou para assegurar a distribuição em casos de interrupção voluntária ou acidental do sistema a montante, equilibrar as pressões na rede e regularizar o funcionamento das bombagens cuja exploração é da exclusiva responsabilidade da Entidade Gestora;

ab) «Serviço»: exploração e gestão do sistema público municipal de abastecimento de água;

ac) «Serviços auxiliares»: os serviços prestados pela Entidade Gestora, de carácter conexo com os serviços de águas, mas que pela sua natureza,

nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, ou de resultarem de incumprimento contratual por parte do utilizador, são objeto de faturação específica;

bb) «Sistema público de abastecimento de água» ou «rede pública»: sistema de canalizações, órgãos e equipamentos, destinados à distribuição de água potável, instalado, em regra, na via pública, em terrenos da Entidade Gestora ou em outros, cuja ocupação seja do interesse público, incluindo os ramais de ligação às redes prediais;

cc) «Sistemas de Distribuição Predial» ou «Rede predial»: canalizações, órgãos e equipamentos prediais que prolongam o ramal de ligação até aos dispositivos de utilização do prédio, normalmente instalados no seu interior, ainda que possam estar instalados em domínio público;

dd) «Substituição»: substituição de uma instalação existente por uma nova quando a que existe já não é utilizada para o seu objetivo inicial;

ee) «Tarifário»: conjunto de valores unitários e outros parâmetros e regras de cálculo que permitem determinar o montante exato a pagar pelo utilizador final à Entidade Gestora em contrapartida do serviço;

ff) «Titular do contrato»: qualquer pessoa individual ou coletiva, pública ou privada, que celebra com a Entidade Gestora um Contrato, também designada na legislação aplicável em vigor por utilizador ou utilizadores;

gg) «Torreia de corte ao prédio»: válvula de seccionamento, destinada a seccionar a montante o ramal de ligação do prédio, de forma a regular o fornecimento de água, sendo exclusivamente manobrável por pessoal da Entidade Gestora;

hh) «Utilizador final»: pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado de forma continuada o serviço de abastecimento de água e que não tenha como objeto da sua atividade a prestação desse mesmo serviço a terceiros, podendo ser classificado como:

i) «Utilizador doméstico»: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;

ii) «Utilizador não doméstico»: aquele que não esteja abrangido pela subalínea anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das autarquias.

Artigo 7.º

Simbologia e Unidades

1 — A simbologia dos sistemas públicos e prediais a utilizar é a indicada nos anexos I, II, III, VIII, e XIII do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto.

2 — As unidades em que são expressas as diversas grandezas devem observar a legislação portuguesa.

Artigo 8.º

Regulamentação Técnica

As normas técnicas a que devem obedecer a conceção, o projeto, a construção e a exploração do Sistema Público, bem como as respetivas normas de higiene e segurança, são as aprovadas nos termos da legislação em vigor.

Artigo 9.º

Princípios de gestão

A prestação do serviço de abastecimento público de água obedece aos seguintes princípios:

- a) Princípio da universalidade e da igualdade de acesso;
- b) Princípio da qualidade e da continuidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- c) Princípio da transparência na prestação de serviços;
- d) Princípio da proteção da saúde pública e do ambiente;
- e) Princípio da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) Princípio da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional;
- g) Princípio do utilizador pagador.

Artigo 10.º

Disponibilização do Regulamento

O Regulamento está disponível no sítio da Internet da Entidade Gestora e nos serviços de atendimento, sendo neste último caso fornecidos exemplares mediante o pagamento da quantia definida no tarifário em vigor.

CAPÍTULO II

Direitos e deveres

Artigo 11.º

Deveres da Entidade Gestora

Compete à Entidade Gestora, designadamente:

- a) Fornecer água destinada ao consumo humano nos termos fixados na legislação em vigor;
- b) Garantir a qualidade, a regularidade e a continuidade do serviço, salvo casos excecionais expressamente previstos neste Regulamento e na legislação em vigor;
- c) Assumir a responsabilidade da conceção, construção e exploração do Sistema público de abastecimento de água bem como mantê-lo em bom estado de funcionamento e conservação;
- d) Promover a elaboração de planos, estudos e projetos que sejam necessários à boa gestão dos sistemas;
- e) Manter atualizado o cadastro das infraestruturas e instalações afetas ao sistema público de abastecimento de água, bem como elaborar e cumprir um plano anual de manutenção preventiva para as redes públicas de abastecimento;
- f) Submeter os componentes do sistema público, antes de entrarem em serviço, a ensaios que assegurem o seu bom funcionamento;
- g) Tomar as medidas necessárias para evitar danos nos sistemas prediais, resultantes de pressão de serviço excessiva, variação brusca de pressão ou de incrustações nas redes;
- h) Promover a instalação, a substituição ou a renovação dos ramais de ligação;
- i) Fornecer, instalar e manter os contadores, as válvulas a montante e a jusante e os filtros de proteção aos mesmos (a opção de colocação do filtro de montante cabe à Entidade Gestora);
- j) Promover a atualização tecnológica dos sistemas, nomeadamente quando daí resulte um aumento da eficiência técnica e da qualidade ambiental;
- k) Promover a atualização anual do tarifário e assegurar a sua divulgação junto dos utilizadores, designadamente nos postos de atendimento e no sítio na Internet da Entidade Gestora;
- l) Proceder em tempo útil à emissão e ao envio das faturas correspondentes aos serviços prestados e à respetiva cobrança;
- m) Dispor de serviços de cobrança, para que os utilizadores possam cumprir as suas obrigações com o menor incómodo possível;
- n) Dispor de serviços de atendimento aos utilizadores, direcionados para a resolução dos seus problemas relacionados com o serviço público de abastecimento de água;
- o) Manter um registo atualizado dos processos das reclamações dos utilizadores;
- p) Prestar informação essencial sobre a sua atividade;
- q) Cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento.

Artigo 12.º

Deveres dos utilizadores

Compete, designadamente, aos utilizadores:

- a) Solicitar a ligação ao serviço de abastecimento público de água sempre que o mesmo esteja disponível;
- b) Cumprir o presente Regulamento;
- c) Não fazer uso indevido ou danificar qualquer componente dos sistemas públicos de abastecimento de água;
- d) Não alterar o ramal de ligação;
- e) Não fazer uso indevido ou danificar as redes prediais e assegurar a sua conservação e manutenção;
- f) Manter em bom estado de funcionamento os aparelhos sanitários e os dispositivos de utilização;
- g) Avisar a Entidade Gestora de eventuais anomalias nos sistemas e nos aparelhos de medição;
- h) Não proceder a alterações nas redes prediais sem prévia concordância da Entidade Gestora quando tal seja exigível nos termos da legislação em vigor, ou cause impacto nas condições de fornecimento existentes;
- i) Não proceder à execução de ligações ao sistema público sem autorização da Entidade Gestora;
- j) Pagar as importâncias devidas, nos termos da legislação em vigor, do presente Regulamento e dos contratos estabelecidos com a Entidade Gestora;
- k) Permitir o acesso ao sistema predial por pessoal credenciado da entidade gestora, tendo em vista a realização de trabalhos no contador e ou ações de verificação e fiscalização.

Artigo 13.º

Direito à prestação do serviço

1 — Qualquer utilizador cujo local de consumo se insira na área de influência da Entidade Gestora tem direito à prestação do serviço

de abastecimento público de água, sempre que o mesmo esteja disponível.

2 — O serviço de abastecimento público de água através de redes fixas considera-se disponível desde que o sistema infraestrutural da Entidade Gestora esteja localizado a uma distância igual ou inferior a 20 m do limite da propriedade.

Artigo 14.º

Direito à informação

1 — Os utilizadores têm o direito a ser informados de forma clara e conveniente pela Entidade Gestora das condições em que o serviço é prestado, em especial no que respeita à qualidade da água fornecida e aos tarifários aplicáveis.

2 — A Entidade Gestora publicita trimestralmente, por meio de editais afixados nos lugares próprios ou na imprensa regional, os resultados analíticos obtidos pela implementação do programa de controlo da qualidade da água.

3 — A Entidade Gestora dispõe de um sítio na Internet no qual é disponibilizada a informação essencial sobre a sua atividade, designadamente:

- a) Identificação da Entidade Gestora, suas atribuições e âmbito de atuação;
- b) Regulamentos de serviço;
- c) Tarifários;
- d) Condições contratuais relativas à prestação dos serviços aos utilizadores;
- e) Resultados da qualidade da água, bem como outros indicadores de qualidade do serviço prestado aos utilizadores;
- f) Informações sobre interrupções do serviço;
- g) Contactos e horários de atendimento.

Artigo 15.º

Atendimento ao público

1 — A Entidade Gestora dispõe de um local de atendimento ao público e de um serviço de atendimento telefónico, através do qual os utilizadores a podem contactar diretamente.

2 — O atendimento ao público é efetuado nos dias úteis das 9h às 12,30 h e das 14 h às 16,30 h, sem prejuízo da existência de um serviço de piquete, o qual funciona 24 horas por dia.

CAPÍTULO III

Sistemas de distribuição de água

SECÇÃO I

Condições de fornecimento de água

Artigo 16.º

Obrigatoriedade de ligação à rede geral de distribuição

1 — Sempre que o serviço público de abastecimento de água se considere disponível, nos termos do n.º 2 do Artigo 13.º, os proprietários dos prédios existentes ou a construir são obrigados a:

- a) Instalar, por sua conta, a rede de distribuição predial;
- b) Solicitar a ligação à rede de distribuição pública de água.

2 — A obrigatoriedade de ligação à rede geral de distribuição de água abrange todas as edificações, qualquer que seja a sua utilização.

3 — Os usufrutuários, comodatários e arrendatários, mediante autorização dos proprietários, podem requerer a ligação dos prédios por eles habitados à rede geral de distribuição de água.

4 — A Entidade Gestora notifica, com uma antecedência mínima de 30 dias, os proprietários dos edifícios abrangidos pela rede de distribuição pública de água das datas previstas para início e conclusão das obras dos ramais de ligação.

5 — Após a entrada em funcionamento da ligação da rede predial à rede pública, os proprietários dos prédios que disponham de captações próprias de água para consumo humano devem proceder à sua desativação no prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo de prazo diferente fixado em legislação ou licença específica.

6 — A Entidade Gestora comunica à Administração da Região Hidrográfica territorialmente competente as áreas servidas pela respetiva rede pública na sequência da sua entrada em funcionamento.

Artigo 17.º

Dispensa de ligação

1 — Estão isentos da obrigatoriedade de ligação ao sistema público de abastecimento de água:

a) Os edifícios que disponham de sistemas próprios de abastecimento de água para consumo humano devidamente licenciados, nos termos da legislação aplicável, designadamente unidades industriais;

b) Os edifícios ou fogos cujo mau estado de conservação ou ruína os torne inabitáveis e estejam de facto permanente e totalmente desabitados;

c) Os edifícios em vias de expropriação ou demolição;

d) Os edifícios cuja ligação se revele demasiado onerosa do ponto de vista técnico ou económico para o utilizador e que disponham de soluções individuais que assegurem adequadas condições de salvaguarda da saúde pública e proteção ambiental.

2 — A isenção deve ser requerida pelo interessado, podendo a Entidade Gestora solicitar documentos comprovativos da situação dos prédios a isentar.

Artigo 18.º

Prioridades de fornecimento

A Entidade Gestora, face às disponibilidades de cada momento, procede ao fornecimento de água atendendo preferencialmente às exigências destinadas ao consumo humano das instalações médico/hospitalares, e, no âmbito da proteção civil, das instalações dos bombeiros, existentes na área da sua intervenção.

Artigo 19.º

Exclusão da responsabilidade

A Entidade Gestora não é responsável por danos que possam sofrer os utilizadores, decorrentes de avarias e perturbações nas canalizações das redes de distribuição pública de água, bem como de interrupções ou restrições ao fornecimento de água, desde que resultantes de:

- a) Casos fortuitos ou de força maior;
- b) Execução, pela Entidade Gestora, de obras previamente programadas, desde que os utilizadores tenham sido expressamente avisados com uma antecedência mínima de 48 horas;
- c) Atos dolosos ou negligentes praticados pelos utilizadores, assim como por defeitos ou avarias nas instalações prediais.

Artigo 20.º

Interrupção ou restrição no abastecimento de água

1 — A Entidade Gestora pode suspender o abastecimento de água nos seguintes casos:

- a) Deterioração na qualidade da água distribuída ou previsão da sua ocorrência iminente;
- b) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição de ramais de ligação, quando não seja possível recorrer a ligações temporárias;
- c) Trabalhos de reparação, reabilitação ou substituição do sistema público ou dos sistemas prediais, sempre que exijam essa suspensão;
- d) Casos fortuitos ou de força maior;
- e) Detecção de ligações clandestinas ao sistema público;
- f) Anomalias ou irregularidades no sistema predial detetadas pela Entidade Gestora no âmbito de inspeções ao mesmo;
- g) Determinação por parte da autoridade de saúde e ou da autoridade competente.

2 — A Entidade Gestora deve comunicar aos utilizadores, com a antecedência mínima de 48 horas, qualquer interrupção programada no abastecimento de água.

3 — Quando ocorrer qualquer interrupção não programada no abastecimento de água aos utilizadores, a Entidade Gestora deve informar os utilizadores que o solicitem da duração estimada da interrupção, sem prejuízo da disponibilização desta informação no respetivo sítio da Internet e da utilização de meios de comunicação social, e, no caso de utilizadores especiais, tais como hospitais, tomar diligências específicas no sentido de mitigar o impacto dessa interrupção.

4 — Em qualquer caso, a Entidade Gestora deve mobilizar todos os meios adequados à reposição do serviço no menor período de tempo possível e tomar as medidas que estiverem ao seu alcance para minimizar os inconvenientes e os incómodos causados aos utilizadores dos serviços.

5 — Nas situações em que estiver em risco a saúde humana e for determinada a interrupção do abastecimento de água pela autoridade

de saúde, as Entidades Gestoras devem providenciar uma alternativa de água para consumo humano, desde que aquelas se mantenham por mais de 24 horas.

Artigo 21.º

Interrupção do abastecimento de água por facto imputável ao utilizador

1 — A Entidade Gestora pode suspender o abastecimento de água, por motivos imputáveis ao utilizador, nas seguintes situações:

- a) Quando o utilizador não seja o titular do contrato de fornecimento de água e não apresente evidências de estar autorizado pelo mesmo a utilizar o serviço;
- b) Quando não seja possível o acesso ao sistema predial para inspeção ou, tendo sido realizada inspeção e determinada a necessidade de realização de reparações, em auto de vistoria, aquelas não sejam efetuadas dentro do prazo fixado, em ambos os casos desde que haja perigo de contaminação, poluição ou suspeita de fraude que justifiquem a suspensão;
- c) Mora do utilizador no pagamento dos consumos realizados;
- d) Quando seja recusada a entrada para inspeção das redes e para leitura, verificação, substituição ou levantamento do contador;
- e) Quando o contador for encontrado viciado ou for empregue qualquer meio fraudulento para consumir água;
- f) Quando o sistema de distribuição predial tiver sido modificado e altere as condições de fornecimento;
- g) Em outros casos previstos na lei.

2 — A interrupção do abastecimento, com fundamento em causas imputáveis ao utilizador, não priva a Entidade Gestora de recorrer às entidades judiciais ou administrativas para garantir o exercício dos seus direitos ou para assegurar o recebimento das importâncias devidas e ainda, de impor as coimas que ao caso couberem.

3 — A interrupção do abastecimento de água com base na alíneas a), b), c), d), f) e g) só pode ocorrer após a notificação ao utilizador, por escrito, com a antecedência mínima de dez dias úteis relativamente à data que venha a ter lugar.

4 — No caso previsto na alínea e) do n.º 1, a interrupção pode ser feita imediatamente, devendo, no entanto, ser depositado no local do contador documento justificativo da razão daquela interrupção de fornecimento.

5 — Não devem ser realizadas interrupções do serviço em datas que impossibilitem a regularização da situação pelo utilizador no dia imediatamente seguinte, quando o restabelecimento dependa dessa regularização.

Artigo 22.º

Restabelecimento do fornecimento

1 — O restabelecimento do fornecimento de água por motivo imputável ao utilizador depende da correção da situação que lhe deu origem.

2 — No caso da mora no pagamento dos consumos, o restabelecimento depende da prévia liquidação de todos os montantes em dívida, incluindo o pagamento da tarifa de restabelecimento (se aplicável).

3 — O restabelecimento do fornecimento deve ser efetuado no prazo de 24 horas após a regularização da situação que originou a suspensão.

SECÇÃO II

Uso eficiente da água

Artigo 23.º

Objetivos e medidas gerais

A Entidade Gestora promove o uso eficiente da água de modo a minimizar os riscos de escassez hídrica e a melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, com especial cuidado nos períodos de seca, designadamente através de:

- a) Ações de sensibilização e informação;
- b) Iniciativas de formação, apoio técnico e divulgação de documentação técnica.

Artigo 24.º

Rede pública de distribuição de água

Ao nível da rede pública de distribuição de água, a Entidade Gestora promove medidas do uso eficiente da água, designadamente:

- a) Otimização de procedimentos e oportunidades para o uso eficiente da água;

- b) Redução de perdas nas redes públicas de distribuição de água;
- c) Otimização das pressões nas redes públicas de distribuição de água;
- d) Utilização de um sistema tarifário adequado.

Artigo 25.º

Rede de distribuição predial

Ao nível da rede de distribuição predial de água, os proprietários e os utilizadores promovem medidas do uso eficiente da água, designadamente:

- a) Eliminação das perdas nas redes de distribuição predial de água;
- b) Redução dos consumos através da adoção de dispositivos eficientes;
- c) Isolamento térmico das redes de distribuição de água quente;
- d) Reutilização ou uso de água de qualidade inferior, sem riscos para a saúde pública.

Artigo 26.º

Usos em instalações residenciais e coletivas

Ao nível dos usos em instalações residenciais e coletivas, os proprietários e os utilizadores promovem medidas do uso eficiente da água, designadamente:

- a) Uso adequado da água;
- b) Generalização do uso de dispositivos e equipamentos eficientes;
- c) Atuação na redução de perdas e desperdícios.

SECÇÃO IV

Sistema público de distribuição de água

Artigo 27.º

Propriedade da rede geral de distribuição

A rede geral de distribuição de água é propriedade do Município sem prejuízo de, a gestão e a exploração do serviço público de abastecimento de água, caberem à empresa Águas Públicas do Alentejo, S. A.

Artigo 28.º

Instalação e conservação

1 — Compete à Entidade Gestora a instalação, a conservação, a reabilitação e a reparação da rede de distribuição pública de água, assim como a sua substituição e renovação.

2 — Quando as reparações da rede de distribuição pública de água resultem de dano causados por terceiros à Entidade Gestora, os respetivos encargos são da responsabilidade dos mesmos.

3 — A instalação da rede pública no âmbito de novos loteamentos pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas ao licenciamento urbanístico, devendo a respetiva conceção e dimensionamento, assim como a apresentação dos projetos e a execução das respetivas obras cumprir integralmente o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, bem como as normas municipais aplicáveis e outras orientações da entidade gestora.

Artigo 29.º

Conceção, dimensionamento, projeto e execução de obra

A conceção e o dimensionamento dos sistemas, a apresentação dos projetos e a execução das respetivas obras devem cumprir integralmente o estipulado na legislação em vigor, designadamente o disposto no Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, bem como as normas municipais aplicáveis.

SECÇÃO V

Ramais de ligação

Artigo 30.º

Propriedade

Os ramais de ligação são propriedade do Município sem prejuízo de a gestão e a exploração do serviço público de abastecimento de água caberem à empresa Águas Públicas do Alentejo, S. A.

Artigo 31.º

Instalação, conservação, renovação e substituição de ramais de ligação

1 — A instalação dos ramais de ligação é da responsabilidade da Entidade Gestora, a quem incumbe, de igual modo, a respetiva conservação, renovação e substituição, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — A instalação de ramais de ligação com distância superior a 20 m pode também ser executada pelos proprietários dos prédios a servir, nos termos definidos pela Entidade Gestora, mas, neste caso, as obras são fiscalizadas por esta.

3 — Os custos com a instalação, a conservação e a substituição dos ramais de ligação são suportados pela Entidade Gestora, sem prejuízo do disposto no Artigo 65.º

4 — Quando as reparações na rede geral ou nos ramais de ligação resultem de danos causados por terceiros, os respetivos encargos são suportados por estes.

5 — Quando a renovação de ramais de ligação ocorrer por alteração das condições de exercício do abastecimento, por exigências do utilizador, a mesma é suportada por aquele.

6 — No âmbito de novos loteamentos a instalação dos ramais pode ficar a cargo do promotor, nos termos previstos nas normas legais relativas ao licenciamento urbanístico.

Artigo 32.º

Utilização de um ou mais ramais de ligação

Cada prédio é normalmente abastecido por um único ramal de ligação, podendo, em casos especiais, a definir pela Entidade Gestora, o abastecimento ser feito por mais do que um ramal de ligação.

Artigo 33.º

Torneira de corte para suspensão do abastecimento

1 — Cada ramal de ligação, ou sua ramificação, deverá ter, na via pública ou em parede exterior do prédio confinante com aquela, uma torneira de corte ao prédio, de modelo apropriado, que permita a suspensão do abastecimento de água.

2 — As torneiras de corte só podem ser manobradas por pessoal da Entidade Gestora, dos Bombeiros e da Proteção Civil.

Artigo 34.º

Entrada em serviço

Nenhum ramal de ligação pode entrar em serviço sem que as redes de distribuição prediais tenham sido verificadas e ensaiadas, nos termos da legislação em vigor, exceto nas situações referidas no Artigo 53.º do presente Regulamento.

SECÇÃO VI

Sistemas de distribuição predial

Artigo 35.º

Caracterização da rede predial

1 — As redes de distribuição predial têm início no limite de propriedade e prolongam-se até aos dispositivos de utilização.

2 — A instalação dos sistemas prediais e a respetiva conservação em boas condições de funcionamento e salubridade é da responsabilidade do proprietário.

3 — Excetuam-se do número anterior o contador de água, as válvulas a montante e a jusante e o filtro de proteção do contador (se aplicável) cuja responsabilidade de colocação e manutenção é da Entidade Gestora.

4 — A instalação de reservatórios prediais é autorizada pela entidade gestora quando o sistema público não ofereça garantias necessárias ao bom funcionamento do sistema predial em termos de caudal e pressão.

5 — A entidade gestora define os aspetos construtivos, dimensionamento e localização dos reservatórios prediais, de forma a assegurar adequadas condições de salubridade.

Artigo 36.º

Separação dos sistemas

Os sistemas prediais de distribuição de água devem ser independentes de qualquer outra forma de distribuição de água com origem diversa,

designadamente poços ou furos privados que, quando existam, devem ser devidamente licenciados nos termos da legislação em vigor.

Artigo 37.º

Projeto da rede de distribuição predial

1 — É da responsabilidade do autor do projeto das redes de distribuição predial a recolha de elementos de base para a elaboração dos projetos, devendo a Entidade Gestora fornecer toda a informação de interesse, designadamente a existência ou não de redes públicas, as pressões máxima e mínima na rede pública de água, nos termos da legislação em vigor.

2 — O projeto da rede de distribuição predial está sujeito a parecer da Entidade Gestora, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, apenas nas situações em que o mesmo não se faça acompanhar por um termo de responsabilidade subscrito por um técnico autor do projeto legalmente habilitado que ateste o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, seguindo o conteúdo previsto no n.º 4 do presente artigo e no Anexo I.

3 — O disposto no número anterior não prejudica a verificação aleatória dos projetos nele referidos.

4 — O termo de responsabilidade, cujo modelo consta do Anexo I ao presente regulamento, deve certificar, designadamente:

a) A recolha dos elementos previstos no anterior n.º 1;

b) Articulação com a Entidade Gestora em particular no que respeita à interface de ligação do sistema público e predial tendo em vista a sua viabilidade;

c) Que o tipo de material utilizado na rede predial não provoca alterações da qualidade da água que impliquem a redução do nível de proteção da saúde humana, nos termos da legislação em vigor.

5 — As alterações aos projetos de execução das redes prediais devem ser efetuadas com a prévia concordância da Entidade Gestora e nos termos da legislação em vigor.

Artigo 38.º

Execução, inspeção, ensaios das obras das redes de distribuição predial

1 — A execução das redes de distribuição predial é da responsabilidade dos proprietários, em harmonia com os projetos referidos no artigo anterior.

2 — A realização de vistoria pela Entidade Gestora, destinada a atestar a conformidade da execução dos projetos de redes de distribuição predial com o projeto aprovado ou apresentado, prévia à emissão da licença de utilização do imóvel, é dispensada mediante a emissão de termo de responsabilidade por técnico legalmente habilitado para esse efeito, de acordo com o respetivo regime legal, que ateste essa conformidade.

3 — O termo de responsabilidade a que se refere o número anterior certifica o cumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 4 do Artigo 37.º e segue os termos da minuta constante do Anexo II ao presente regulamento.

4 — O disposto nos números anteriores não prejudica a verificação aleatória da execução dos referidos projetos.

5 — Sempre que julgue conveniente a Entidade Gestora procede a ações de inspeção nas obras dos sistemas prediais, que podem incidir sobre o comportamento hidráulico do sistema, as caixas dos contadores para garantia do cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 47.º, bem como a ligação do sistema predial ao sistema público.

6 — Durante a execução das obras dos sistemas prediais a Entidade Gestora deve acompanhar os ensaios de eficiência e as operações de desinfeção previstas na legislação em vigor.

7 — A Entidade Gestora notificará as desconformidades que verificar nas obras executadas à entidade titular do sistema público de água e ao técnico responsável pela obra, que deverão ser corrigidas, caso mereça concordância da primeira, num prazo 30 dias.

Artigo 39.º

Rotura nos sistemas prediais

1 — Logo que seja detetada uma rotura ou fuga de água em qualquer ponto nas redes prediais de distribuição predial ou nos dispositivos de utilização, deve ser promovida a reparação pelos responsáveis pela sua conservação.

2 — Os utilizadores são responsáveis por todo o gasto de água nas redes de distribuição predial e seus dispositivos de utilização.

3 — No caso de comprovada rotura, o volume de água perdida e não recolhida pela rede de saneamento não é considerado para efeitos de faturação do serviço de saneamento e de gestão de resíduos urbanos, quando indexados ao consumo de água.

SECÇÃO VII

Serviço de incêndios

Artigo 40.º

Legislação aplicável

Os projetos, a instalação, a localização, os diâmetros nominais e outros aspetos construtivos dos dispositivos destinados à utilização de água para combate a incêndios deverão, além do disposto no presente Regulamento, obedecer à legislação nacional em vigor.

Artigo 41.º

Hidrantes

1 — Na rede de distribuição pública de água são previstos hidrantes de modo a garantir uma cobertura efetiva, de acordo com as necessidades, do serviço de incêndios.

2 — A responsabilidade pela manutenção dos ramais de ligação dos hidrantes, ainda que instalados nas fachadas dos edifícios, é da entidade gestora.

3 — As bocas-de-incêndio instaladas nas fachadas dos edifícios serão progressivamente substituídas por marcos de água instalados na via pública e ligados diretamente à rede pública.

Artigo 42.º

Manobras de torneiras de corte e outros dispositivos

As torneiras de corte e dispositivos de tomada de água para serviço de incêndios só podem ser manobradas por pessoal da Entidade Gestora, dos bombeiros ou da Proteção Civil.

Artigo 43.º

Redes de incêndios particulares

1 — Nas instalações existentes no interior dos prédios destinadas exclusivamente ao serviço de proteção contra incêndios, a água consumida é objeto de medição ou estimativa para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas.

2 — O fornecimento de água para essas instalações, a partir de um ramal de ligação de água, exclusivo ou não, para o efeito, é comandado por uma válvula de corte selada e localizada, de acordo com as instruções da Entidade Gestora.

Artigo 44.º

Utilização dos dispositivos de combate a incêndio instalados nas redes de distribuição predial

1 — Os dispositivos de combate a incêndio instalados nas redes de distribuição predial só podem ser utilizados em caso de incêndio, devendo a Entidade Gestora ser disso avisada pelos utilizadores finais nas 48 horas seguintes ao sinistro.

2 — Caso não seja dado cumprimento ao estabelecido no número anterior, a faturação da água consumida é associada ao contrato estabelecido para os usos do condomínio.

SECÇÃO VIII

Instrumentos de medição

Artigo 45.º

Medição por contadores

1 — Deve existir um contador destinado à medição do consumo de água em cada local de consumo, incluindo as partes comuns dos condomínios quando nelas existam dispositivos de utilização.

2 — A água fornecida através de fontanários ligados à rede pública de abastecimento de água é igualmente objeto de medição.

3 — Os contadores são da propriedade da Entidade Gestora, que é responsável pela respetiva instalação, manutenção e substituição.

4 — Os custos com a instalação, manutenção e substituição dos contadores não são objeto de faturação autónoma aos utilizadores.

Artigo 46.º

Tipo de contadores

1 — Os contadores a empregar na medição da água fornecida a cada prédio ou fração são do tipo autorizado por lei e obedecem às respetivas especificações regulamentares.

2 — O diâmetro nominal e a classe metrológica dos contadores é fixado pela Entidade Gestora.

3 — A definição do contador deve ser determinada tendo em conta:

- a) O caudal de cálculo previsto na rede de distribuição predial;
- b) A pressão de serviço máxima admissível;
- c) A perda de carga.

4 — Sem prejuízo do disposto nos números 2 e 3, para utilizadores não domésticos podem ser fixados pela Entidade Gestora diâmetros nominais de contadores tendo por base o perfil de consumo do utilizador.

5 — Os contadores podem ter associados equipamentos e ou sistemas tecnológicos que permitam à Entidade Gestora a medição dos níveis de utilização por telecontagem.

Artigo 47.º

Localização e instalação dos contadores

1 — As caixas dos contadores são obrigatoriamente instaladas em locais de fácil acesso ao pessoal da Entidade Gestora, de modo a permitir um trabalho regular de substituição ou reparação no local e que a sua visita e leitura se possam fazer em boas condições, e de acordo com as dimensões e especificações por si veiculadas.

2 — Nos edifícios confinantes com a via ou espaço públicos, as caixas dos contadores devem localizar-se no seu interior, na zona de entrada ou em zonas comuns, consoante nele haja um ou mais utilizadores.

3 — Nos edifícios com logradouros privados, as caixas dos contadores devem localizar-se no logradouro, junto à zona de entrada contígua com a via pública e com possibilidade de leitura pelo exterior.

4 — Não pode ser imposta pela Entidade Gestora aos utilizadores a contratação dos seus serviços para a construção e a instalação de caixas ou nichos destinados à colocação de instrumentos de medição, sem prejuízo da possibilidade da Entidade Gestora fixar um prazo para a execução de tais obras.

5 — Em prédios em propriedade horizontal devem ser instalados instrumentos de medição em número e com o diâmetro estritamente necessários aos consumos nas zonas comuns ou, em alternativa e por opção da Entidade Gestora, nomeadamente quando existir reservatório predial, podem ser instalados contadores totalizadores, sendo nesse caso aplicável o disposto no n.º 3 do Artigo 66.º

6 — Nenhum contador pode ser instalado e mantido em serviço sem a verificação metrológica prevista na legislação em vigor.

Artigo 48.º

Verificação metrológica e substituição

1 — A Entidade Gestora procede à verificação periódica dos contadores nos termos da legislação em vigor.

2 — A Entidade Gestora procede, sempre que o julgar conveniente, à verificação extraordinária do contador.

3 — O utilizador pode solicitar a verificação extraordinária do contador em instalações de ensaio devidamente credenciadas, tendo direito a receber cópia do respetivo boletim de ensaio.

4 — A Entidade Gestora procede à substituição dos contadores no termo de vida útil destes ou sempre que tenha conhecimento de qualquer anomalia, por razões de exploração e controlo metrológico.

5 — No caso de ser necessária a substituição de contadores por motivos de anomalia, exploração e controlo metrológico, a Entidade Gestora deve avisar o utilizador da data e do período previsível para a intervenção que não ultrapasse as duas horas.

6 — Na data da substituição deve ser entregue ao utilizador um documento de onde constem as leituras dos valores registados pelo contador substituído e pelo contador que, a partir desse momento, passa a registar o consumo de água.

7 — A Entidade Gestora é responsável pelos custos incorridos com a substituição ou reparação dos contadores por anomalia não imputável ao utilizador.

Artigo 49.º

Responsabilidade pelo contador

1 — O contador fica à guarda e fiscalização imediata do utilizador, o qual deve comunicar à Entidade Gestora todas as anomalias que verificar, nomeadamente, não fornecimento de água, fornecimento sem contagem, contagem deficiente, rotura e deficiências na selagem, entre outros.

2 — Com exceção dos danos resultantes da normal utilização, o utilizador responde por todos os danos, deterioração ou perda do contador, salvo se provocados por causa que lhe não seja imputável e desde que dê conhecimento imediato à Entidade Gestora.

3 — Para além da responsabilidade criminal que daí resultar, o utilizador responde ainda pelos prejuízos causados em consequência do emprego de qualquer meio capaz de interferir com o funcionamento ou

marcação do contador, salvo se provar que aqueles prejuízos não lhe são imputáveis.

Artigo 50.º

Leituras

1 — Os valores lidos devem ser arredondados para o número inteiro anterior ao volume efetivamente medido.

2 — As leituras dos contadores são efetuadas com uma frequência mínima de duas vezes por ano e com um distanciamento máximo entre duas leituras consecutivas de oito meses.

3 — O utilizador deve facultar o acesso da Entidade Gestora ao contador, com a periodicidade a que se refere o n.º 2, quando este se encontre localizado no interior do prédio servido.

4 — Sempre que, por indisponibilidade do utilizador, se revele por duas vezes impossível o acesso ao contador por parte da Entidade Gestora, esta deve avisar o utilizador, por carta registada ou meio equivalente, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, de terceira deslocação a fazer para o efeito, assim como da cominação da suspensão do fornecimento no caso de não ser possível a leitura.

5 — A Entidade Gestora disponibiliza aos utilizadores meios alternativos para a comunicação de leituras, nomeadamente (Internet, serviço de mensagens curta de telemóvel (sms), serviços postais ou o telefone — a Entidade Gestora deve enumerar os meios disponíveis).

Artigo 51.º

Avaliação dos consumos

Nos períodos em que não haja leitura, o consumo é estimado:

a) Em função do consumo médio apurado entre as duas últimas leituras reais efetuadas pela Entidade Gestora;

b) Em função do consumo médio de utilizadores com características similares no âmbito do território municipal verificado no ano anterior, na ausência de qualquer leitura subsequente à instalação do contador.

CAPÍTULO IV

Contratos de fornecimento de água

Artigo 52.º

Contrato de fornecimento

1 — A prestação do serviço público de abastecimento de água é objeto de contrato de fornecimento celebrado entre a Entidade Gestora e os utilizadores que disponham de título válido para a ocupação do imóvel.

2 — O contrato de fornecimento de água é elaborado em impresso de modelo próprio da Entidade Gestora e instruído em conformidade com as disposições legais em vigor à data da sua celebração, no que respeita, nomeadamente, aos direitos dos utilizadores, à proteção do utilizador e à inscrição de cláusulas gerais contratuais.

3 — No momento da celebração do contrato de fornecimento deve ser entregue ao utilizador uma cópia do respetivo contrato.

4 — Os proprietários dos prédios ligados à rede geral de distribuição, sempre que o contrato de fornecimento não esteja em seu nome, devem permitir o acesso da Entidade Gestora para a retirada do contador, caso os respetivos inquilinos não o tenham facultado e a Entidade Gestora tenha denunciado o contrato nos termos previstos no Artigo 58.º

5 — Os proprietários, usufrutuários, arrendatários ou qualquer pessoa que disponha de título válido, que legitime o uso e fruição do local de ligação, ou aqueles que detêm a legal administração dos prédios devem efetuar a mudança de titularidade dos contratos de fornecimento sempre que estes não estejam em seu nome e sempre que os contadores registem a primeira contagem de consumo, no prazo de 15 dias úteis, contados da data de verificação do facto, sob pena da interrupção de fornecimento de água.

6 — Caso não seja dado cumprimento ao estipulado no número anterior ou sempre que ocorra a rescisão de contrato, por parte do anterior utilizador, o restabelecimento do fornecimento fica dependente da celebração de um novo contrato com a Entidade Gestora, nos termos do presente Regulamento.

7 — Se o último titular ativo do contrato e o requerente de novo contrato coincidirem na mesma pessoa, deve aplicar-se o regime da suspensão e reinício do contrato a pedido do utilizador previsto no Artigo 57.º

Artigo 53.º

Contratos especiais

1 — São objeto de contratos especiais os serviços de fornecimento de água que, devido ao seu elevado impacto nas redes de distribuição,

devam ter um tratamento específico, designadamente, hospitais, escolas, quartéis, complexos industriais e comerciais e grandes conjuntos imobiliários.

2 — Podem ainda ser definidas condições especiais para os fornecimentos temporários ou sazonais de água nas seguintes situações:

a) Obras e estaleiro de obras;

b) Zonas de concentração de população ou atividades com caráter temporário, tais como feiras, festivais e exposições.

3 — A Entidade Gestora admite a contratação do serviço em situações especiais, como as a seguir enunciadas, e de forma transitória:

a) Litígios entre os titulares de direito à celebração do contrato, desde que, por fundadas razões sociais, mereça tutela a posição do possuidor;

b) Na fase prévia à obtenção de documentos administrativos necessários à celebração do contrato.

4 — Na definição das condições especiais deve ser acautelado tanto o interesse da generalidade dos utilizadores como o justo equilíbrio da exploração do sistema de abastecimento de água, a nível de qualidade e quantidade.

Artigo 54.º

Domicílio convencionado

1 — O utilizador considera-se domiciliado na morada por si fornecida no contrato para efeito de receção de toda a correspondência relativa à prestação do serviço.

2 — Qualquer alteração do domicílio convencionado tem de ser comunicada pelo utilizador à Entidade Gestora, produzindo efeitos no prazo de 30 dias após aquela comunicação.

Artigo 55.º

Vigência dos contratos

1 — O contrato de abastecimento de água produz os seus efeitos a partir da data do início de fornecimento, o qual deve ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis contados da solicitação do contrato, com ressalva das situações de força maior.

2 — A cessação do contrato de fornecimento de água ocorre por denúncia, nos termos do Artigo 58.º, ou caducidade, nos termos do Artigo 59.º

3 — Os contratos de fornecimento de água referidos na alínea a) n.º 2 do Artigo 54.º são celebrados com o construtor ou com o dono da obra a título precário e caducam com a verificação do termo do prazo, ou suas prorrogações, fixado no respetivo alvará de licença ou autorização.

Artigo 56.º

Suspensão e reinício do contrato

1 — Os utilizadores podem solicitar, por escrito e com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, a interrupção do serviço de abastecimento de água, por motivo de desocupação temporária do imóvel.

2 — A interrupção do fornecimento prevista no número anterior depende do pagamento da respetiva tarifa e implica o acerto da faturação emitida até à data da interrupção, tendo ainda por efeito a suspensão do contrato e da faturação e cobrança das tarifas mensais associadas à normal prestação do serviço a partir da data da interrupção.

3 — O serviço é retomado no prazo máximo de 5 dias contados da apresentação do pedido pelo utilizador nesse sentido, sendo a tarifa de reinício do fornecimento de água, prevista no tarifário em vigor, incluída na primeira fatura subsequente.

Artigo 57.º

Denúncia

1 — Os utilizadores podem denunciar a todo o tempo os contratos de fornecimento que tenham celebrado por motivo de desocupação do local de consumo, desde que o comuniquem por escrito à Entidade Gestora.

2 — Nos 15 dias subsequentes à comunicação referenciada no número anterior, os utilizadores devem facultar a leitura do contador instalado, produzindo a denúncia efeitos a partir dessa data.

3 — Não sendo possível a leitura mencionada no número anterior por motivo imputável ao utilizador, este continua responsável pelos encargos entretanto decorrentes.

4 — A Entidade Gestora denuncia o contrato caso, na sequência da interrupção do serviço por mora no pagamento, o utilizador não proceda ao pagamento em dívida com vista ao restabelecimento do serviço no prazo de dois meses.

Artigo 58.º

Caducidade

1 — Nos contratos celebrados com base em títulos sujeitos a termo, a caducidade opera no termo do prazo respetivo.

2 — Os contratos referidos no n.º 2 do Artigo 53.º podem não caducar no termo do respetivo prazo, desde que o utilizador prove que se mantêm os pressupostos que levaram à sua celebração.

3 — A caducidade tem como consequência a retirada imediata dos respetivos contadores e o corte do abastecimento de água.

Artigo 59.º

Caução

1 — A Entidade Gestora pode exigir a prestação de uma caução para garantia do pagamento do consumo de água nas seguintes situações:

a) No momento da celebração do contrato de fornecimento de água, desde que o utilizador não seja considerado como consumidor na aceção da alínea h) do Artigo 6.º;

b) No momento do restabelecimento de fornecimento, na sequência de interrupção decorrente de mora no pagamento e, no caso de consumidores, desde que estes não optem pela transferência bancária como forma de pagamento dos serviços.

2 — A caução referida no número anterior é prestada por depósito em dinheiro, cheque ou transferência eletrónica ou através de garantia bancária ou seguro-caução, e o seu valor é calculado da seguinte forma:

a) Para os todos os consumidores é igual a quatro vezes o encargo com o consumo médio mensal dos últimos 12 meses, nos termos fixados pelo Despacho n.º 4186/2000, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 22 de fevereiro de 2000;

3 — Para as instituições de fins não lucrativos, desde que registadas nas suas próprias designações e sejam titulares da instalação, o valor da caução é calculado como se de uso doméstico se tratasse.

4 — O utilizador que preste caução tem direito ao respetivo recibo.

Artigo 60.º

Restituição da caução

1 — Findo o contrato de fornecimento a caução prestada é restituída ao utilizador, nos termos da legislação vigente, deduzida dos montantes eventualmente em dívida.

2 — Sempre que o consumidor, que tenha prestado caução nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior, opte posteriormente pela transferência bancária como forma de pagamento, tem direito à imediata restituição da caução prestada Gestora.

3 — A quantia a restituir será atualizada em relação à data da sua última alteração, com base no índice anual de preços ao consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

CAPÍTULO V**Estrutura tarifária e faturação dos serviços****SECÇÃO I****Estrutura tarifária**

Artigo 61.º

Incidência

1 — Estão sujeitos às tarifas relativas ao serviço de abastecimento de água todos os utilizadores finais que disponham de contrato, sendo as tarifas devidas a partir da data do início da respetiva vigência.

2 — Para efeitos da determinação da tarifas fixas e variáveis os utilizadores são classificados como domésticos ou não domésticos.

Artigo 62.º

Estrutura tarifária

1 — Pela prestação do serviço de abastecimento de água são faturadas aos utilizadores:

a) A tarifa fixa de abastecimento de água, devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por cada trinta dias;

b) A tarifa variável de abastecimento de água, devida em função do volume de água fornecido durante o período objeto de faturação,

sendo diferenciada de forma progressiva de acordo com escalões de consumo para os utilizadores domésticos, expressos em m³ de água por cada trinta dias.

2 — As tarifas de fornecimento de água, previstas no número anterior, englobam a prestação dos seguintes serviços, a partir do mês seguinte à deliberação Camarária que assim o determine e sempre depois da devida atualização da estrutura tarifária:

a) Execução, manutenção e renovação de ramais, incluindo a ligação do sistema público ao sistema predial, com a ressalva prevista no Artigo 66.º;

b) Fornecimento de água;

c) Celebração ou alteração de contrato de fornecimento de água;

d) Disponibilização e instalação de contador individual;

e) Disponibilização e instalação de contador totalizador por iniciativa da Entidade Gestora;

f) Leituras periódicas programadas e verificação periódica do contador;

g) Reparação ou substituição de contador, torneira de segurança ou de válvula de corte, salvo se por motivo imputável ao utilizador.

3 — Para além das tarifas de fornecimento de água referidas no n.º 1, são cobradas pela Entidade Gestora tarifas em contrapartida de serviços auxiliares, designadamente (escolher as tarifas previstas no tarifário aprovado):

a) Análise de projetos de instalações prediais e domiciliárias de abastecimento;

b) Execução de ramais de ligação nas situações previstas no Artigo 66.º;

c) Realização de vistorias aos sistemas prediais a pedido dos utilizadores;

d) Suspensão e reinício da ligação do serviço por incumprimento do utilizador;

e) Suspensão e reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador;

f) Leitura extraordinária de consumos de água;

g) Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo não imputável ao utilizador;

h) Ligação temporária ao sistema público, designadamente para abastecimento a estaleiros e obras e zonas de concentração populacional temporária;

i) Informação sobre o sistema público de abastecimento em plantas de localização;

j) Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública;

k) Outros serviços a pedido do utilizador, nomeadamente, reparações no sistema predial ou domiciliário de abastecimento.

4 — Nos casos em que haja emissão do aviso de suspensão do serviço por incumprimento do utilizador e o utilizador proceda ao pagamento dos valores em dívida antes que a mesma ocorra, não há lugar à cobrança da tarifa prevista na alínea d) do número anterior.

Artigo 63.º

Tarifa fixa

1 — Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal igual ou inferior a 25 mm aplica-se a tarifa fixa única, expressa em euros por cada 30 dias.

2 — Aos utilizadores finais domésticos cujo contador possua diâmetro nominal superior a 25 mm aplica-se a tarifa fixa prevista para os utilizadores não domésticos.

3 — Existindo consumos nas partes comuns de prédios em propriedade horizontal e sendo os mesmos medidos por um contador totalizador, é devida pelo condomínio uma tarifa fixa cujo valor é determinado em função do calibre do contador diferencial que seria necessário para medir aqueles consumos.

4 — Não é devida tarifa fixa se não existirem dispositivos de utilização nas partes comuns associados aos contadores totalizadores.

5 — A tarifa fixa faturada aos utilizadores finais não domésticos é diferenciada de forma progressiva em função do diâmetro nominal do contador instalado.

a) 1.º nível: até 20 mm;

b) 2.º nível: superior a 20 e até 30 mm;

c) 3.º nível: superior a 30 e até 50 mm;

d) 4.º nível: superior a 50 e até 100 mm;

e) 5.º nível: superior a 100 e até 300 mm.

Artigo 64.º

Tarifa variável

1 — A tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos é calculada em função dos seguintes escalões de consumo, expressos em m³ de água por cada 30 dias:

- a) 1.º escalão: até 5;
- b) 2.º escalão: superior a 5 e até 15;
- c) 3.º escalão: superior a 15 e até 25;
- d) 4.º escalão: superior a 25.

2 — O valor final da componente variável do serviço devida pelo utilizador é calculado pela soma das parcelas correspondentes a cada escalão.

3 — A tarifa variável aplicável aos contadores totalizadores é calculada em função da diferença entre o consumo nele registado e o somatório dos contadores que lhe estão indexados.

4 — A tarifa variável do serviço de abastecimento aplicável a utilizadores não domésticos é de valor igual ao 3.º escalão da tarifa variável do serviço aplicável aos utilizadores domésticos.

5 — O fornecimento de água centralizado para aquecimento de águas sanitárias em sistemas prediais, através de energias renováveis, que não seja objeto de medição individual a cada fração, é globalmente faturado ao valor do 2.º escalão da tarifa variável do serviço prevista para os utilizadores domésticos.

Artigo 65.º

Execução de ramais de ligação

1 — A construção de ramais de ligação superiores a 20 metros está sujeita a uma avaliação da viabilidade técnica e económica pela Entidade Gestora.

2 — Se daquela avaliação resultar que existe viabilidade, os ramais de ligação instalados pela Entidade Gestora apenas são faturados aos utilizadores no que respeita à extensão superior à distância referida no número anterior.

3 — A tarifa de ramal pode ainda ser aplicada no caso de:

- a) Alteração de ramais de ligação por alteração das condições de prestação do serviço de abastecimento, por exigências do utilizador;
- b) Construção de segundo ramal para o mesmo utilizador.

4 — Quando a renovação de ramais de ligação ocorrer por alteração das condições de exercício do abastecimento, por exigências do utilizador, a mesma é suportada por aquele.

Artigo 66.º

Contador para usos de água que não geram águas residuais

1 — Os utilizadores finais podem requerer a instalação de um segundo contador para usos que não deem origem a águas residuais recolhidas pelo sistema público de saneamento.

2 — No caso de utilizadores domésticos, aos consumos do segundo contador são aplicadas as tarifas variáveis de abastecimento previstas para os utilizadores não domésticos.

3 — No caso de utilizadores não domésticos a tarifa fixa é determinada em função do diâmetro virtual, calculado através da raiz quadrada do somatório do quadrado dos diâmetros nominais dos contadores instalados.

4 — O consumo segundo contador não é elegível para o cômputo das tarifas de saneamento e resíduos, quando exista tal indexação.

Artigo 67.º

Água para combate a incêndios

1 — Não são aplicadas tarifas fixas no que respeita ao serviço de fornecimento de água destinada ao combate direto a incêndios.

2 — O abastecimento de água destinada ao combate direto a incêndios deve ser objeto de medição, preferencialmente, ou estimativa para efeitos de avaliação do balanço hídrico dos sistemas de abastecimento.

3 — A água medida nos contadores associados ao combate a incêndios é objeto de aplicação da tarifa variável aplicável aos utilizadores não-domésticos, nas situações em que não exista a comunicação prevista no n.º 2 do artigo 44.º

Artigo 68.º

Tarifários especiais

1 — Os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários especiais nas seguintes situações:

- a) Utilizadores domésticos:

1) **Tarifário social**, aplicável aos utilizadores finais cujo agregado familiar possua rendimento bruto englobável para efeitos de Imposto

sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) que não ultrapasse o valor da retribuição mínima mensal garantida;

II) **Tarifário familiar**, aplicável aos utilizadores domésticos finais domésticos cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos.

b) Utilizadores não-domésticos — tarifário social, aplicável a instituições particulares de solidariedade social, organizações não-governamentais sem fim lucrativo ou outras entidades de reconhecida utilidade pública cuja ação social o justifique, legalmente constituídas.

2 — O tarifário social para utilizadores domésticos consiste:

- a) Na isenção das tarifas fixas;
- b) Na aplicação ao consumo total do utilizador da tarifa variável do primeiro escalão, até ao limite mensal de 15 m³.

3 — O tarifário familiar consiste no alargamento dos escalões de consumo em três m³ por cada membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos.

4 — O tarifário social para utilizadores não-domésticos consiste na aplicação de uma tarifa social progressiva até 50m³.

Artigo 69.º

Acesso aos tarifários especiais

1 — Para beneficiar da aplicação do tarifário especial os utilizadores finais domésticos devem entregar à Entidade Gestora os seguintes documentos:

- a) Cópia da declaração ou nota de liquidação do IRS;

2 — A aplicação dos tarifários especiais tem a duração de três anos, findo o qual deve ser renovada a prova referida no número anterior, para o que a Entidade Gestora deve notificar o utilizador com a antecedência mínima de 30 dias.

3 — Os utilizadores finais não-domésticos que desejem beneficiar da aplicação do tarifário social devem entregar uma cópia dos estatutos.

Artigo 70.º

Aprovação dos tarifários

1 — O tarifário do serviço de água é aprovado até ao termo do ano civil anterior transdutor de medição a que respeite.

2 — O tarifário produz efeitos relativamente aos utilizadores finais 15 dias depois da sua publicação, sendo que a informação sobre a sua alteração acompanha a primeira fatura subsequente.

3 — O tarifário é disponibilizado nos locais de estilo e ainda no sítio da internet da Entidade Gestora e do Município.

SECÇÃO II

Faturação

Artigo 71.º

Periodicidade e requisitos da faturação

1 — A periodicidade das faturas é mensal, podendo ser bimestral desde que corresponda a uma opção do utilizador por ser por este considerada mais favorável e conveniente.

2 — As faturas emitidas discriminam os serviços prestados e as correspondentes tarifas, podendo ser baseadas em leituras reais ou em estimativas de consumo, nos termos previstos no Artigo 51.º e no Artigo 52.º, bem como as taxas legalmente exigíveis.

Artigo 72.º

Prazo, forma e local de pagamento

1 — O pagamento da fatura de fornecimento de água emitida pela Entidade Gestora deve ser efetuada no prazo, na forma e nos locais nela indicados.

2 — O prazo para pagamento da fatura não pode ser inferior a 20 dias a contar da data da sua emissão.

3 — O utilizador tem direito à quitação parcial quando pretenda efetuar o pagamento parcial da fatura e desde que estejam em causa serviços funcionalmente dissociáveis, tais como o serviço de gestão de resíduos urbanos face ao serviço de abastecimento público de água.

4 — Não é admissível o pagamento parcial das tarifas fixas e variáveis associadas aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, bem como da taxa de recursos hídricos associada.

5 — A apresentação de reclamação escrita alegando erros de medição do consumo de água suspende o prazo de pagamento da respetiva fatura caso o utilizador solicite a verificação extraordinária do contador após ter sido informado da tarifa aplicável.

6 — O atraso no pagamento, depois de ultrapassada a data limite de pagamento da fatura, permite a cobrança de juros de mora à taxa legal em vigor.

7 — O atraso no pagamento da fatura superior a 15 dias, para além da data limite de pagamento, confere à Entidade Gestora o direito de proceder à suspensão do serviço do fornecimento de água desde que o utilizador seja notificado com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data em que venha a ocorrer.

8 — Não pode haver suspensão do serviço de abastecimento de água, nos termos do número anterior, em consequência da falta de pagamento de um serviço funcionalmente dissociável do abastecimento de água, quando haja direito à quitação parcial nos termos do n.º 3.

9 — O aviso prévio de suspensão do serviço deve ser enviado por correio registado ou outro meio equivalente, podendo o respetivo custo ser imputado ao utilizador em mora, no montante definido no tarifário.

Artigo 73.º

Prescrição e caducidade

1 — O direito ao recebimento do serviço prestado prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação.

2 — Se, por qualquer motivo, incluindo o erro da Entidade Gestora, tiver sido paga importância inferior à que corresponde ao consumo efetuado, o direito do prestador ao recebimento da diferença caduca dentro de seis meses após aquele pagamento.

3 — A exigência de pagamento por serviços prestados é comunicada ao utilizador, por escrito, com uma antecedência mínima de 10 dias úteis relativamente à data-limite fixada para efetuar o pagamento.

4 — O prazo de caducidade das dívidas relativas aos consumos reais não começa a correr enquanto a Entidade Gestora não puder realizar a leitura do contador por motivos imputáveis ao utilizador.

Artigo 74.º

Arredondamento dos valores a pagar

1 — As tarifas são aprovadas com quatro casas decimais.

2 — Apenas o valor final da fatura, com IVA incluído, é objeto de arredondamento, feito aos centimos de euro em respeito pelas exigências do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de maio.

Artigo 75.º

Acertos de faturação

1 — Os acertos de faturação do serviço de águas são efetuados:

a) Quando a Entidade Gestora proceda a uma leitura, efetuando-se o acerto relativamente ao período em que esta não se processou;

b) Quando se confirme, através de controlo metrológico, uma anomalia no volume de águas ou de efluentes medido.

2 — Quando a fatura resulte em crédito a favor do utilizador final, o utilizador pode receber esse valor autonomamente no prazo de 60 dias, procedendo a Entidade Gestora à respetiva compensação nos períodos de faturação subsequentes caso essa opção não seja utilizada.

CAPÍTULO VI

Penalidades

Artigo 76.º

Regime aplicável

O regime legal e de processamento das contraordenações obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, todos na redação em vigor e respetiva legislação complementar.

Artigo 77.º

Contraordenações

1 — Constitui contraordenação, nos termos do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, punível com coima de € 1 500 a € 3 740, no caso de pessoas singulares, e de € 7 500 a € 44 890, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte

dos proprietários de edifícios abrangidos por sistemas públicos ou dos utilizadores dos serviços:

a) O incumprimento da obrigação de ligação dos sistemas prediais aos sistemas públicos, nos termos do disposto no artigo 17.º;

b) Execução de ligações aos sistemas públicos ou alterações das existentes sem a prévia autorização da Entidade Gestora;

c) O uso indevido ou dano a qualquer obra ou equipamento dos sistemas públicos.

2 — Constitui ainda contraordenação punível com coima de € 500 a € 3 000, no caso de pessoas singulares, e de € 2 500 a € 44 000, no caso de pessoas coletivas, a interligação de redes ou depósitos com origem em captações próprias a redes públicas de distribuição de água.

3 — Constitui contraordenação, punível com coima de € 250 a € 1 500, no caso de pessoas singulares, e de € 1 250 a € 22 000, no caso de pessoas coletivas, a prática dos seguintes atos ou omissões por parte dos proprietários de edifícios abrangidos por sistemas públicos ou dos utilizadores dos serviços:

a) A permissão da ligação e abastecimento de água a terceiros, quando não autorizados pela Entidade Gestora;

b) A alteração da instalação da caixa do contador e a violação dos selos do contador;

c) O impedimento à fiscalização do cumprimento deste Regulamento e de outras normas vigentes que regulem o fornecimento de água por funcionários, devidamente identificados, da Entidade Gestora.

Artigo 78.º

Negligência

Todas as contraordenações previstas no artigo anterior são puníveis a título de negligência, sendo nesse caso reduzidas para metade os limites mínimos e máximos das coimas previstas no artigo anterior.

Artigo 79.º

Processamento das contraordenações e aplicação das coimas

1 — A fiscalização, a instauração e a instrução dos processos de contraordenação, assim como a aplicação das respetivas coimas competem à Entidade Gestora.

2 — A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade da contraordenação, o grau de culpa do agente e a sua situação económica e patrimonial, considerando essencialmente os seguintes fatores:

a) O perigo que envolva para as pessoas, a saúde pública, o ambiente e o património público ou privado;

b) O benefício económico obtido pelo agente com a prática da contraordenação, devendo, sempre que possível, exceder esse benefício.

3 — Na graduação das coimas deve ainda atender-se ao tempo durante o qual se manteve a situação de infração, se for continuada.

Artigo 80.º

Produto das coimas

O produto das coimas aplicadas reverte integralmente para a Entidade Gestora.

CAPÍTULO VII

Reclamações

Artigo 81.º

Direito de reclamar

1 — Aos utilizadores assiste o direito de reclamar, por qualquer meio, perante a Entidade Gestora, contra qualquer ato ou omissão desta ou dos respetivos serviços ou agentes, que tenham lesado os seus direitos ou interesses legítimos legalmente protegidos.

2 — Os serviços de atendimento ao público dispõem de um livro de reclamações, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, onde os utilizadores podem apresentar as suas reclamações.

3 — Para além do livro de reclamações a Entidade Gestora disponibiliza mecanismos alternativos para a apresentação de reclamações que não impliquem a deslocação do utilizador às instalações da mesma, designadamente através do seu sítio na Internet.

4 — A reclamação é apreciada pela Entidade Gestora no prazo de 22 dias úteis, notificando o utilizador do teor da sua decisão e respetiva fundamentação.

5 — A reclamação não tem efeito suspensivo, exceto na situação prevista no n.º 3 do Artigo 73.º do presente Regulamento.

Artigo 82.º

Inspeção aos sistemas prediais no âmbito de reclamações de utilizadores

1 — Os sistemas prediais ficam sujeitos a ações de inspeção da Entidade Gestora sempre que haja reclamações de utilizadores, perigos de contaminação ou poluição ou suspeita de fraude.

2 — Para efeitos previstos no número anterior, o proprietário, usufrutuário, comodatário e ou arrendatário deve permitir o livre acesso à Entidade Gestora desde que avisado, por carta registada ou outro meio equivalente, com uma antecedência mínima de oito dias, da data e intervalo horário, com amplitude máxima de duas horas, previsto para a inspeção.

3 — O respetivo auto de vistoria deve ser comunicado aos responsáveis pelas anomalias ou irregularidades, fixando o prazo para a sua correção.

4 — Em função da natureza das circunstâncias referidas no n.º 2, a Entidade Gestora pode determinar a suspensão do fornecimento de água.

CAPÍTULO VIII

Disposições finais e transitórias

Artigo 83.º

Integração de lacunas

Em tudo o que não se encontre especialmente previsto neste Regulamento é aplicável o disposto na legislação em vigor.

Artigo 84.º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

Artigo 85.º

Revogação

Após a entrada em vigor deste Regulamento fica automaticamente revogado o Regulamento de Serviço de Abastecimento de Água do Município de Alvíto anteriormente aprovado.

ANEXO I

Minuta do termo de responsabilidade

(artigo 37.º)

Termo de responsabilidade (Projetos de Execução)

...(Nome e habilitação do autor do projeto), morador na..., contribuinte n.º ..., inscrito na...(indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso), sob o n.º ..., declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro e do Artigo 38.º, que o projeto de...(identificação de qual o projeto de especialidade em questão), de que é autor, relativo à obra de...(Identificação da natureza da operação urbanística a realizar), localizada em...(localização da obra — rua, número de polícia e freguesia), cujo...(indicar se se trata de licenciamento ou autorização) foi requerido por...(indicação do nome e morada do requerente), observa:

a) as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente...(descriminar designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, os instrumentos de gestão territorial, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar fundamentadamente as razões da não observância de normas técnicas e regulamentares nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor);

b) a recolha dos elementos essenciais para a elaboração do projeto nomeadamente ...(ex: pressão estática disponível na rede pública ao nível do arruamento, etc), junto da Entidade Gestora responsável pelo sistema de abastecimento público de água;

c) a manutenção do nível de proteção da saúde humana com o material adotado na rede predial. (Local),... de... de..... (Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do Bilhete de Identidade).

ANEXO II

Minuta do termo de responsabilidade

(artigo 38.º)

...(Nome e habilitação do autor do projeto), morador na..., contribuinte n.º ..., inscrito na...(indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso), sob o n.º ..., declara, sob compromisso de honra, ser o técnico responsável pela obra, comprovando estarem os sistemas prediais em conformidade com o projeto, normas técnicas gerais específicas de construção, bem como as disposições regulamentares aplicáveis e em condições de serem ligados à rede pública. (Local),... de... de... (assinatura reconhecida).

18 de fevereiro de 2013. — O Presidente da Câmara, *João Luís Batista Penetra*.

206767838

MUNICÍPIO DE BAIÃO

Edital n.º 208/2013

Doutor José Luís Pereira Carneiro, presidente da Câmara Municipal de Baião:

Faz público, que no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 68.º, n.º 1, alínea v), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, em execução do que dispõe o artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo e do que foi deliberado pela Câmara Municipal em sua Reunião Ordinária de 13 de fevereiro de 2013, se encontra em apreciação pública, por um período de 30 dias, o “Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Publicidade e Propaganda do Município de Baião”.

Durante os 30 dias seguintes à publicação deste Projeto de Regulamento no *Diário da República*, 2.ª série, podem quaisquer interessados, devidamente identificados, dirigir, por escrito, as suas sugestões por requerimento escrito dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, Praça Heróis do Ultramar, Campelo, 4640-158 Baião ou por correio eletrónico para o endereço geral@cm-baião.pt.

O referido Projeto de Regulamento encontra-se ainda patente, durante o prazo indicado, para consulta, nos Serviços de Atendimento ao Município da autarquia, no horário de funcionamento ao público, ou na página da Internet www.cm-baião.pt.

Para constar e produzir efeitos legais se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo do Cónelho.

14 de fevereiro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Luís Pereira Carneiro*.

Projeto de regulamento de ocupação do espaço público, publicidade e propaganda do município de Baião

Nota justificativa

O Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, simplifica o regime de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “licenciamento zero”, destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, através da eliminação de licenças, autorizações, e outros atos permissivos, substituindo-os por um reforço da fiscalização sobre essas atividades, criando ainda mecanismos de responsabilização efetiva dos interessados.

O regime jurídico instituído pelo sobredito diploma legal, visa ainda desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração com os cidadãos e as empresas.

Por tal motivo impende sobre as autarquias locais a obrigação de procederem à adaptação, nomeadamente do respetivo Regulamento Municipal sobre a ocupação do espaço público, publicidade e propaganda às novas regras e soluções jurídicas consagradas no Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

Assim, face à necessidade de dar cumprimento às novas regras consagradas no sobredito diploma legal, foi elaborado um conjunto de mecanismos que visam garantir que no Município de Baião fiquem salvaguardadas as regras estipuladas pelo regime jurídico do licenciamento zero, no âmbito de a ocupação do espaço público, publicidade e propaganda política, cujo regime consagrado na Lei n.º 97/98, de 17 de agosto foi agora também alterado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

Assim no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos